

Índice

1. Introdução	1
1.1. Questões preliminares.....	1
1.2. Breve apresentação do quadro teórico.....	3
1.2.1. A estrutura da gramática e as operações disponíveis.....	3
1.2.2. A variação linguística e o sistema da verificação de traços.....	5
1.3. Resumo da dissertação.....	7
2. Definição das estruturas a considerar: o que cabe na subordinação adverbial?	11
2.1. Classificação tradicional.....	11
2.2. As subordinadas adverbiais e as estruturas de coordenação.....	15
2.3. Coordenação vs. subordinação: critérios sintácticos.....	16
2.3.1. Critérios comuns a várias línguas.....	21
2.3.1.1.(In)existência de estrutura de encaixe/Desempenho (ou não) de função sintáctico-semântica na oração principal.....	21
2.3.1.2.(Im)possibilidade de anteposição.....	24
2.3.1.3.(Im)possibilidade de haver extracção de constituintes.....	26
2.3.1.4.(Im)possibilidade de a estrutura ser coordenada (ou (im)possibilidade de a conjunção ocorrer contiguamente a uma conjunção de coordenação previamente identificada).....	28
2.3.1.5.(Im)possibilidade de o conector ligar mais do que dois constituintes.....	30
2.3.1.6. (Im)possibilidade de o conector ligar constituintes não oracionais.....	31
2.3.2. Critérios específicos de determinadas línguas.....	33
2.3.2.1. (Im)possibilidade de o sujeito ser omitido (línguas de sujeito não nulo).....	33
2.3.2.2.Posição de pronomes clíticos (português europeu).....	34
2.3.2.3.Posição do V (alemão).....	36
2.3.3. Conclusões.....	37
2.4. Subordinadas causais vs. coordenadas explicativas: argumentos a favor de estruturas de coordenação causais.....	40

2.4.1. O inglês: <i>for</i> vs. <i>because</i>	42
2.4.2. O francês: <i>car</i> vs. <i>parce que</i>	44
2.4.3. O alemão: <i>denn</i> vs. <i>weil</i>	46
2.4.4. Conectores causais em português europeu contemporâneo.....	47
2.4.5. Conectores causais em português antigo.....	55
2.5. Concessivas vs. adversativas.....	56
2.6. Subordinação semântica vs. subordinação sintáctica: uma nota sobre a arquitetura da gramática.....	59
2.7. Conclusões.....	63

3. As orações adverbiais introduzidas por conectores: orações finitas e

infinitivas	65
3.1. Introdução.....	65
3.2. Tipos e subtipos semânticos de orações adverbiais: algumas propriedades semânticas e sintácticas.....	67
3.2.1. Orações causais.....	69
3.2.2. Orações finais.....	74
3.2.3. Orações temporais.....	78
3.2.4. Orações condicionais e condicionais-concessivas.....	92
3.2.5. Orações concessivas.....	96
3.2.6. Orações de modo, de meio e de circunstância negativa.....	97
3.2.7. Orações de comentário/conformativas.....	102
3.2.8. Outras orações: substitutivas, contrastivas, acrescentativas.....	107
3.2.9. Conclusões.....	107
3.3. O estatuto gramatical dos conectores das orações adverbiais do português.....	109
3.3.1. Parâmetros de classificação dos conectores de orações adverbiais.....	109
3.3.1.1. Classe semântica dos conectores.....	112
3.3.1.2. Complexidade morfológica dos conectores.....	113
3.3.1.3. Polissemia dos conectores.....	114
3.3.1.4. Categoria morfológica dos conectores.....	115
3.3.2. Natureza morfo-sintáctica dos conectores de orações subordinadas adverbiais do português.....	116
3.3.2.1. Conectores de tipo relativo.....	119

3.3.2.2. Conectores que integram uma preposição.....	123
3.3.2.3. Conectores que integram um advérbio.....	129
3.3.2.4. Conectores que integram um quantificador ou um advérbio de grau.....	132
3.3.2.5. Conectores que integram uma forma participial.....	133
3.3.2.6. Conectores adverbiais.....	134
3.3.2.7. Conectores do tipo <P + N + <i>de...</i> > ou <P + DP + <i>de...</i> >.....	135
3.3.2.8. Conectores conjuncionais.....	138
3.3.2.9. Conectores que incluem um adverbial de 'inclusão' ou de 'exclusão'.....	140
3.3.2.10. Conectores < <i>a + inf.</i> > e < <i>ao + inf.</i> >	141
3.3.2.11. Conectores mais 'opacos'.....	142
3.3.3. Gramaticalização dos conectores.....	143
3.3.4. Conclusões.....	145
3.4. Uma tipologia sintáctico-discursiva das orações adverbiais.....	147
3.4.1. Comportamento das orações adverbiais - testes sintácticos: adverbiais periféricas e não periféricas.....	147
3.4.2. Subdivisões nas adverbiais periféricas: adverbiais pressuposicionais vs. adverbiais de enunciação.....	156
3.4.3. Interpretação dos testes: estrutura e interpretação semântico-discursiva.....	158
3.4.3.1. Posição.....	159
3.4.3.2. Clivagem.....	160
3.4.3.3. Escopo da negação.....	164
3.4.3.4. Escopo de operadores de foco.....	169
3.4.3.5. Respostas a interrogativas-Qu.....	172
3.4.3.6. Interrogativas e negativas alternativas.....	173
3.4.3.7. Estrutura e interpretação: o carácter pressuposicional de adverbiais periféricas.....	174
3.4.4. Os conectores de adverbiais: um sistema de traços.....	182
3.5. A posição estrutural das orações adverbiais.....	191
3.5.1. Adverbiais não periféricas à direita: adjuntos, complementos ou especificadores?	196
3.5.1.1. Uma posição estrutural baixa relativamente ao sujeito matriz e a	

operadores de foco: evidência de ligação e de fenómenos de escopo.....	197
3.5.1.2. Uma posição estrutural alta relativamente aos objectos: evidência de fenómenos de ligação.....	201
3.5.1.3. Uma posição ambígua relativamente ao predicado: testes de constituência.....	208
3.5.1.4. Alternativas à adjunção à direita; possíveis problemas de uma análise de adjunção à direita.....	209
3.5.1.4.1. A hipótese da intraposição de VP.....	210
3.5.1.4.2. A hipótese dos adjuntos como especificadores de núcleos verbais internos a VP.....	214
3.5.1.4.3. A hipótese das relativas reduzidas de evento.....	216
3.5.1.4.4. Adjuntos à direita desconectados da estrutura....	218
3.5.1.5. Restringindo a adjunção à direita.....	220
3.5.2. Adverbiais à esquerda: adjuntos ou especificadores?.....	221
3.5.3. Adverbiais não periféricas à esquerda: movimento ou geração na base? Contraste com constituintes argumentais antepostos e com adjuntos não oracionais antepostos.....	230
3.5.4. O estatuto dos adjuntos no Programa Minimalista.....	236
3.6. Conclusões.....	240
4. As orações adverbiais sem conectores: orações gerundivas e participiais.....	241
4.1. Definição das estruturas a considerar: exclusão de gerundivas e participiais de tipo predicativo.....	243
4.1.1. Caracterização morfológica e aspectual do participío e do gerúndio....	243
4.1.2. Gerundivas e participiais predicativas vs. gerundivas e participiais adverbiais.....	246
4.1.2.1. Gerundivas predicativas vs. gerundivas adjuntas: diferentes propriedades.....	249
4.1.2.2. Participiais predicativas vs. participiais adjuntas: diferentes propriedades.....	252
4.2. Ausência de conectores em gerundivas e participiais do português: porquê?..	255
4.3. O estatuto sintáctico-discursivo das adverbiais gerundivas e participiais: uma consequência de propriedades morfológicas e de restrições semânticas.....	263

4.3.1. Gerundivas - classes sintáticas.....	263
4.3.2. Participiais - classe sintática.....	271
4.3.3. Gerundivas e participiais vs. finitas e infinitivas.....	272
4.3.4. Posição estrutural das várias classes de gerundivas e participiais; estatuto discursivo.....	275
4.3.5. Diferenças relevantes: gerundivas e participiais vs. finitas e infinitivas - o estatuto morfológico das orações gerundivas e participiais.....	278
4.4. Gerundivas periféricas vs. gerundivas não periféricas e participiais - diferentes propriedades internas.....	283
4.4.1. Propriedades internas de gerundivas do português.....	283
4.4.2. Propriedades internas de participiais do português.....	288
4.5. Como explicar as propriedades internas de gerundivas e participiais?.....	292
4.5.1. A questão da natureza categorial de gerundivas e participiais.....	293
4.5.2. A posição do V em gerundivas e participiais.....	302
4.5.3. As restrições internas em gerundivas não periféricas: um operador temporal em C, estrutura, morfologia e restrições semânticas.....	307
4.5.4. Legitimação e identificação dos sujeitos nulos.....	313
4.5.5. Legitimação do sujeito lexical - a realização fonética do sujeito de absolutas.....	327
4.5.5.1. As construções do inglês e do francês: o estatuto da forma verbal, distribuição e propriedades morfo-sintáticas.....	327
4.5.5.1.1. As orações adjuntas com <i>-ing</i> do inglês.....	327
4.5.5.1.2. As orações com <i>gérondif</i> e <i>participe présent</i> do francês.....	332
4.5.5.2. Legitimação do sujeito lexical em absolutas.....	337
4.5.6. Uma análise comparativa das orações adjuntas periféricas com gerúndio/particípio presente e particípio passado - questões de ordem de palavras.....	351
4.6. O papel das categorias funcionais T e Agr: evidência das gerundivas flexionadas do português europeu dialectal (PED)	373
4.6.1. O gerúndio flexionado (GF): caracterização morfológica; alguns apontamentos sobre a geografia e a história do GF.....	373
4.6.2. Gerúndio flexionado vs. gerúndio não flexionado: contextos.....	377
4.6.3. Ordem de palavras em gerundivas do PED.....	386

4.6.4. O papel da flexão no gerúndio; o papel das categorias T e Agr.....	395
4.6.5. Conclusões.....	400
5. Conclusão.....	403
6. Referências bibliográficas.....	409
Anexo - Aplicação dos testes sintáticos à generalidade das adverbiais finitas e infinitivas (cf. § 3.4.).....	429

1. Introdução

1.1. Questões preliminares

Este trabalho tem como principal objectivo contribuir para o conhecimento do comportamento sintáctico das estruturas chamadas de subordinação adverbial (ou circunstancial). O trabalho incide fundamentalmente sobre o português falado na Europa (português europeu, doravante PE). Tem, contudo, subjacente a preocupação de comparar o PE com outros sistemas de um domínio empírico mais vasto. Assim, serão contemplados dados do italiano, do espanhol, do francês, do inglês, do alemão, do português antigo e de variedades dialectais do português europeu.

De um ponto de vista meramente descritivo, tanto quanto me é dado saber, ainda não existe um estudo sistemático sobre estas estruturas com incidência no português (mas ver Peres 1997 e Berta *et al.* 1999). O estudo destas estruturas justifica-se assim por diferentes motivos. Numa perspectiva global, poderá contribuir para o conhecimento das estruturas complexas em geral e para as do português em particular, detectando eventuais especificidades do português quando confrontado com outras línguas. Essa descrição sistemática poderá eventualmente servir diferentes aplicações, como por exemplo o ensino do português como língua materna e como língua estrangeira.

Uma vez que este trabalho pretende dar conta de propriedades gerais comuns à globalidade das estruturas que cabem na designação de 'subordinadas adverbiais', ficarão por tratar muitos aspectos de natureza sintáctica que se podem considerar específicos de uma determinada subclasse. Assim, interessa-me aqui, em primeiro lugar, estabelecer as propriedades associáveis às adverbiais no seu conjunto, propondo uma análise integrada para a globalidade das estruturas. Consequentemente, vários aspectos ficarão necessariamente por tratar - e.g. a concordância de tempos, aspectos específicos da interpretação de sujeitos nulos em adverbiais finitas e infinitivas, entre outros.

De um ponto de vista teórico, no âmbito da teoria de princípios e parâmetros da gramática generativa, pouca atenção tem sido dada ao comportamento sintáctico destas estruturas. Num momento em que se afirmam várias propostas teóricas que tendem para uma simplificação da gramática, reduzindo os seus conceitos operatórios ao mínimo

indispensável, as subordinadas adverbiais colocam várias questões interessantes.

i) Num quadro como o da antissimetria (cf. Kayne 1994), em que à ordem linear corresponde uma relação de c-comando assimétrica, a adjunção à direita fica excluída, assim como a adjunção múltipla. No entanto, classicamente, as subordinadas adverbiais à direita eram tratadas como ocupando posições de adjunção. É preciso, pois, avaliar as consequências das novas propostas, nomeadamente as consequências da eliminação da gramática da adjunção à direita, no que diz respeito às adverbiais.

ii) No âmbito do programa minimalista - PM - (cf. Chomsky 1993, 1995), as estruturas são compostas de baixo para cima à medida que se vão satisfazendo requisitos de selecção categorial ou temática. A posição dos adjuntos nesta proposta, assim como a razão pela qual eles se juntam a umas posições e não a outras não são muito claras. Alguns dos aspectos problemáticos no que diz respeito ao estatuto teórico dos adjuntos no PM e em particular no sistema da estrutura sintagmática despojada ('bare phrase structure') são discutidos em Chomsky 2001b.

iii) Algumas propostas recentes têm defendido que a estrutura funcional da frase é bastante mais complexa do que se pensava inicialmente. Os trabalhos de Cinque 1999 e de Rizzi 1997 são exemplo disso. Os elementos que ocorrem na periferia esquerda da frase têm sido tratados nestas propostas como especificadores de diversas categorias funcionais, quer de natureza aspectual, quer de natureza discursiva, quer de outra natureza. As adverbiais podem ocorrer na periferia esquerda da frase. Assim, é necessário avaliar se a hipótese de que os constituintes à esquerda ocupam posições de especificador de categorias funcionais é empiricamente adequada para o caso específico das orações adverbiais, ou se é preferível manter a hipótese alternativa da adjunção, pesando os prós e os contras de cada uma das hipóteses.

iv) No programa minimalista, defende-se explicitamente que o movimento é desencadeado apenas pela necessidade de verificação de traços não interpretáveis (cf. Chomsky 1993). Contudo, vários autores têm defendido que esta hipótese é demasiado restritiva, e que os movimentos podem ser desencadeados por outros factores (cf. Duarte 1997; Mathieu & Sitaridou 2002; e.o.). Se a posição variável das adverbiais for a consequência de movimento, terá de ser avaliada a motivação para esse movimento.

Finalmente, um subconjunto das orações adverbiais - as gerundivas e as participiais -, para além das questões estruturais que colocam, que são comuns às adverbiais finitas, apresentam problemas particulares relacionados com a sua estrutura interna, nomeadamente a definição da natureza categorial da estrutura subordinada, a identificação das projecções funcionais que nela ocorrem, e ainda questões de ordem de palavras e legitimação de sujeitos.

Assim, numa segunda parte do trabalho, serão tratados aspectos específicos destas construções, que poderão eventualmente contribuir para a clarificação da posição estrutural que as adverbiais ocupam, assim como da relação entre posição estrutural e aspectos internos às orações adjuntas.

Neste trabalho, procurar-se-á dar um tratamento global e motivado à generalidade das estruturas de subordinação adverbiais do português (finitas, infinitivas, gerundivas e participiais). Procurar-se-á determinar, entre outras questões, qual o estatuto sintáctico das orações subordinadas adverbiais, nomeadamente que posições estruturais podem ocupar, e que papel desempenham os seus conectores, recorrendo a argumentos empíricos.

1.2. Breve apresentação do quadro teórico

O quadro teórico em que se inscreve este trabalho é o do modelo de princípios e parâmetros na sua versão minimalista, mais conhecido como Programa Minimalista (cf. Chomsky 1993, 1995, 2001a, 2001b, e.o.). Por estarem largamente difundidos os fundamentos deste modelo, dispense-me aqui de fazer a sua apresentação detalhada. Vou, no entanto, referir brevemente alguns dos seus pressupostos gerais que me parecem mais importantes para a compreensão do trabalho.

1.2.1. A estrutura da gramática e as operações disponíveis

O PM tem como objectivo procurar saber até que ponto a faculdade da linguagem é concebida como um sistema com o mínimo de especificações e computacionalmente eficaz para um uso óptimo. No PM, a Gramática é constituída por um léxico, uma componente computacional (a sintaxe, num sentido restritivo), e duas componentes

interpretativas - a componente fonológica e a componente semântica -, que estabelecem a ponte com o sistema articulatório-perceptivo (ou sensorio-motor), por um lado, e com o sistema conceptual-intencional, por outro.

Idealmente, os princípios da faculdade da linguagem reduzir-se-ão a condições gerais de eficácia computacional e a propriedades necessárias para a interacção com as componentes interpretativas.

As componentes interpretativas têm como *input* unidades construídas pela componente computacional da sintaxe estrita, sendo enviadas para essas componentes através da Operação Transferir. A derivação só tem sucesso, só *converge*, se a estrutura satisfizer as condições de interface. Caso contrário, a derivação está condenada a *fracassar* (*crash*).

As três componentes (i.e. sintaxe estrita, componente fonológica e componente semântica) seguem uma derivação cíclica em paralelo. A operação que envia as unidades sintácticas para a componente fonológica chama-se Soletrar (*Spell-Out*).

A computação procede ciclicamente, enviando progressivamente unidades que vão sendo construídas (*fases*) para as componentes interpretativas. Assume-se que essas unidades (fases) correspondem a CP e vP, unidades proposicionais, mas não a TP. Quando uma fase é sujeita a Soletrar, torna-se inacessível para a fase seguinte. Só o núcleo e a sua *margem* (*edge*) ficam disponíveis para a fase seguinte.

Assume-se que as unidades sintácticas são formadas da seguinte forma: é seleccionado do léxico um conjunto constituído pelas unidades lexicais necessárias, uma numeração; essas unidades são agrupadas progressivamente duas a duas, de acordo com as suas propriedades de selecção, sendo o processo limitado por restrições independentes.

A ordem relativa dos dois elementos agrupados é determinada por um parâmetro especificado com um determinado valor em cada língua (parâmetro do núcleo)¹ e por um princípio - possivelmente com uma base cognitiva mais geral - que determina que os especificadores precedem os núcleos.

À partida não há restrições quanto ao número de vezes que a operação pode aplicar-se, o que tem como resultado que um núcleo pode ter múltiplos especificadores.

¹ Em Chomsky 2001b pressupõe-se que este parâmetro se aplica à língua no seu todo. Pode, no entanto, pensar-se que o parâmetro pode assumir diferentes especificações para diferentes classes de palavras.

Duas operações estão disponíveis no sistema computacional: *compor* ('merge') e *mover* ('move')². *Compor* é uma operação que junta dois elementos, sejam eles simples ou complexos, i.e. já tendo sido manipulados por *compor* num momento anterior. *Mover* é uma operação mais complexa, uma vez que *copiar* um elemento da estrutura já formada e o *compõe* numa outra posição. Esses dois elementos (as cópias) ficam por conseguinte automaticamente indexados um com o outro. Geralmente, só um desses elementos fica visível para a componente fonológica. Todo o processo de composição da estrutura é feito de baixo para cima, seguindo uma lógica estritamente derivacional.

Assume-se ainda que a operação *mover* (ou composição interna) é mais complexa do que a operação *compor* (ou composição externa), e implica mais custos do ponto de vista computacional. Por isso, esta operação só tem lugar se for desencadeada por propriedades formais associadas a núcleos funcionais. Não pode haver aplicações de *mover* 'livres'. Todo o sistema está baseado num princípio de economia, que só legitima as operações estritamente necessárias.

1.2.2. A variação linguística e o sistema da verificação de traços

A gramática de cada língua (e de cada indivíduo) é constituída por um conjunto de princípios de carácter universal, e por parâmetros que idealmente se reduzem a propriedades do léxico e das categorias funcionais disponíveis em cada língua.

As categorias funcionais podem estar especificadas no léxico de forma diferente em cada língua. Se as categorias contiverem traços formais não interpretáveis, i.e. traços formais que não são legítimos para as componentes interpretativas - fonológica e semântica -, então esses traços terão de ser verificados o mais tardar na componente lógica. Pelo contrário, os traços interpretáveis não poderão estar sujeitos ao processo de verificação de traços, e sua consequente eliminação, uma vez que desempenham um papel na componente lógica.

Admite-se assim que os movimentos são sempre desencadeados pela necessidade de verificação de traços formais, não interpretáveis numa das componentes de interface.

² Em Chomsky 2001b, as duas operações (*compor* e *mover*) são reduzidas a uma só - *compor* -, que pode aplicar-se a um elemento externo (*composição externa*) ou a um elemento que já faz parte da estrutura (*composição interna*). No segundo caso, é deixada na posição original uma cópia do elemento que é composto novamente. A 'composição interna' corresponde na prática àquilo a que chamamos 'movimento' ou 'deslocação'.

Os traços de Caso constituem um exemplo de traços não interpretáveis; traços categoriais, pelo contrário, são traços interpretáveis.

A verificação de traços tem como resultado a eliminação dos traços não interpretáveis, tornando a estrutura plenamente interpretável, legítima, para as componentes interpretativas. A verificação de traços pode ser feita sob determinadas condições estruturais que se estabelecem entre dois elementos com traços do mesmo tipo, estando um deles completamente especificado quanto a traços.

A relação de concordância (*Agree*) que se estabelece entre os dois elementos, e que está na origem de alterações da ordem básica de palavras, tem como efeito eliminar os traços não interpretáveis.

Diz-se assim que a categoria que desencadeia o movimento - a categoria sonda (*probe*) - vai atrair (*Attract*) a categoria movida - o alvo (*goal*). É o facto de uma categoria ter traços não interpretáveis que faz com que ela seja uma categoria *sonda*, procurando atrair um elemento com traços compatíveis e interpretáveis que se encontre no seu domínio e que possa eliminar os seus traços não interpretáveis. Os traços não interpretáveis caracterizam-se por terem um valor não especificado, podendo esse valor ser tornado específico através da relação de concordância.

Para que haja eliminação de traços não interpretáveis da sonda, sonda e alvo têm de manter uma relação estrutural apropriada - a sonda tem de c-comandar o alvo -, e o alvo tem de estar completamente especificado. Assim, os Ns são completos e verificam os traços-phi das categorias com que estabelecem uma relação de concordância. Os participios não são completos - não têm traços de pessoa - e não verificam Caso. T pode ser completo ou defectivo. Quando T é defectivo, não verifica Caso.

Admite-se ainda que os traços podem ter diferentes especificações morfológicas. Os traços ditos *fortes* não são interpretáveis na componente fonológica. Por conseguinte, terão de ser verificados antes de a estrutura receber instruções para ser associada a uma representação fonética-fonológica - *Spell Out*. Os traços ditos *fracos* não constituem objectos ilegítimos para a componente fonológica, e poderão ser verificados mais tarde. Assim sendo, se um núcleo tiver traços não interpretáveis *fortes*, será desencadeado movimento que é visível para a componente fonológica; se um núcleo tiver traços *fracos*, o movimento será invisível para a componente fonológica.

Os traços podem ser de diferentes tipos, dando origem a que haja movimento de uma categoria nuclear ou movimento de uma categoria XP. Assim, uma categoria

funcional pode ter um traço específico que determina que ela tem de estabelecer uma relação local com um outro elemento, i.e. um traço que atrai uma categoria XP para a sua posição de especificador (cf. traço-EPP ou OCC na categoria sonda).

Nesta perspectiva, o Caso estrutural é uma relação de concordância que se estabelece entre uma categoria funcional (T ou ν) e um N. A categoria T é responsável pelo Caso estrutural nominativo, a categoria ν pelo Caso estrutural acusativo. Caso e movimento não estão associados. Caso é um reflexo da relação de concordância entre sonda-alvo.

Admite-se ainda que determinadas categorias consideradas defectivas não eliminam completamente os traços. É o caso de formas participiais, por exemplo.

Apesar de seguir as linhas fundamentais do PM, nalguns casos adoptarei posições diferentes das que Chomsky adopta. Essas diferenças irão sendo referidas ao longo do trabalho. Outros aspectos relevantes do PM, que não foram aqui apresentados, irão sendo referidos quando oportuno.

1.3. Resumo da dissertação

Este estudo, que toma como referência o quadro teórico da teoria de princípios e parâmetros, tem como principal objectivo contribuir para o conhecimento do comportamento sintáctico das estruturas de subordinação adverbiais do português, fornecendo, por um lado, descrições sistemáticas que permitam no vasto conjunto destas construções chegar a uma primeira caracterização de diferentes tipos sintácticos, e propondo, por outro lado, algumas hipóteses de explicação de diferentes fenómenos implicados.

Num primeiro momento (§ 2.), é feita uma delimitação objectiva das estruturas que cabem nesse conjunto através da aplicação de diferentes critérios sintácticos, eliminando, por um lado, construções que tradicionalmente são integradas na subordinação adverbial, mas que têm propriedades distintas, e integrando, por outro lado, algumas construções que as gramáticas tradicionais geralmente ignoram. Serão distinguidas das subordinadas adverbiais construções que partilham algumas propriedades com as estruturas coordenadas, mostrando-se que subordinação semântica e subordinação sintáctica não são necessariamente equivalentes.

Num segundo momento (§ 3.), após uma breve descrição das propriedades sintácticas e semânticas mais relevantes no conjunto das estruturas a considerar e depois de ser analisado o estatuto morfo-sintáctico dos conectores que as introduzem, serão estabelecidos subgrupos sintácticos de orações adverbiais com base numa série de testes sintáctico-semânticos conhecidos na literatura e aplicados já a outras línguas para algumas dessas construções, mostrando-se que classes semânticas e classes sintácticas não são coincidentes. Procurar-se-á mostrar que a cada um dos principais grupos sintácticos estão associadas propriedades discursivas específicas e que essas propriedades estão, em grande parte, codificadas nos conectores das adverbiais. Em particular, defender-se-á que os conectores de adverbiais periféricas (ou de frase) estão especificados quanto a um traço [pressuposicional], contrariamente aos restantes conectores, o que explica, em parte, a diferente distribuição sintáctica das orações que introduzem. Propor-se-á ainda, na linha de alguns autores (cf. Duarte 1996), que a estrutura frásica se divide em dois domínios no que diz respeito ao mapeamento de constituintes com diferentes propriedades discursivas: os constituintes com um traço inerente pressuposicional são mapeados fora do domínio de c-comando de T; os constituintes não especificados quanto a esse traço serão mapeados dentro ou fora da projecção TP, de acordo com o seu estatuto informacional.

De seguida, será analisada a posição estrutural específica ocupada por cada um dos tipos de adverbiais em posição inicial e em posição final.

Mostrar-se-á que a análise clássica, segundo a qual as adverbiais não periféricas à direita ocupam posições estruturais de adjunção, é empiricamente mais adequada do que a análise destas adverbiais como complementos do V (e.g. Larson 1988, 1990) e do que outras hipóteses alternativas (tais como a geração destas adverbiais como especificadores de categorias funcionais altas seguindo-se movimento da matriz para a sua esquerda, e.g. Bianchi 2000; a geração das adverbiais como adjuntos à esquerda de VP, e.g. Barbiers 1995, ou como especificadores de categorias funcionais internas a VP, e.g. Cinque 1999; a análise das adverbiais como relativas reduzidas, e.g. Nilsen 2000; entre outras), o que vai ao encontro das hipóteses teóricas defendidas em Chomsky 2001b.

Quanto à posição inicial, quer de adverbiais periféricas, quer de não periféricas, mostrar-se-á que é menos problemático considerar que se trata também de uma posição de adjunção a uma categoria funcional alta.

Relativamente às adverbiais que ocorrem em posição inicial e que podem também ocorrer em posição final não precedida de quebra entoacional, mostrar-se-á que a análise de geração na base é mais adequada do que a análise de movimento, o que é compatível com perspectivas teóricas recentes de economia da gramática.

No § 4., serão consideradas as adverbiais gerundivas e participiais, que em português se caracterizam por não serem geralmente introduzidas por conectores. Após a identificação das estruturas gerundivas e participiais que cabem no grupo da subordinação adverbial (e a sua distinção de gerundivas e participiais com estatuto predicativo), propor-se-á que estas adverbiais se distinguem das estruturas adverbiais finitas e infinitivas por terem uma natureza intrinsecamente verbal, o que explica a sua diferente distribuição sintáctica, nomeadamente a impossibilidade de gerundivas e participiais ocorrerem em contextos de marcação casual. Mostrar-se-á que o estatuto sintáctico-discursivo dos vários tipos de gerundivas e participiais adjuntas é derivável se assumirmos, por um lado, que gerúndio e participípio são morfologicamente defectivos, e, por outro lado, que essa defectividade interage com restrições de natureza semântica.

As diferentes propriedades internas manifestadas por gerundivas periféricas e gerundivas não periféricas quanto à possibilidade de lexicalização do sujeito, ocorrência de verbo auxiliar e interpretação de sujeitos nulos serão derivadas a partir da hipótese de que só as gerundivas não periféricas se encontram numa posição estrutural em que T matriz forma uma cadeia núcleo-núcleo com T da gerundiva, ficando T-Agr da gerundiva obrigatoriamente ligado por T matriz. Essa relação, que tem como consequência que as gerundivas não periféricas se aproximem de estruturas de controlo obrigatório, é bloqueada quando se interpõe um núcleo lexical. Em gerundivas periféricas, T da gerundiva está fora do domínio de c-comando de T-Agr matriz, o que permite a independência temporal de T da gerundiva, a ocorrência de sujeitos disjuntos, e a identificação do sujeito nulo por elementos diferentes do sujeito matriz, de acordo com mecanismos de natureza pragmática. Discutir-se-á também o estatuto sintáctico das orações participiais e procurar-se-á compreender o seu comportamento defectivo.

Serão discutidas ainda diferenças entre sistemas linguísticos (português europeu padrão, italiano, espanhol, português europeu dialectal, português antigo, francês, inglês) quanto à ordem de palavras e quanto à lexicalização de sujeitos em construções absolutas com gerúndio, participípio presente e participípio passado. Mostrar-se-á que as diferentes ordens de palavras, intra e interlinguisticamente, podem ser derivadas do

estatuto morfológico (especificação de traços) de T e de C nas gerundivas das línguas em que existe uma ordem obrigatória, e da eventual interação com factores discursivos nas variedades linguísticas em que existe aparente opcionalidade. As diferenças na lexicalização dos sujeitos de gerundivas periféricas podem eventualmente ser atribuídas ao estatuto morfológico das expressões nominais sujeito (DPs, clíticos, pronomes fortes e fracos) nas várias línguas e ao modo como elas são legitimadas.

Finalmente, analisar-se-ão mais detalhadamente dados de variedades linguísticas do português europeu que apresentam morfologia de concordância no gerúndio, procurando perceber qual o papel da morfologia visível na legitimação de sujeitos nulos e de sujeitos plenos e em questões de ordem de palavras.

2. Definição das estruturas a considerar: o que cabe na subordinação adverbial?

2.1. Classificação tradicional

Desde a segunda metade do século XIX que se distinguem três tipos de orações subordinadas na tradição gramatical portuguesa³ (cf. Coelho 1891, Dias 1881 e 1918, Ali 1927 e 1931, Bechara 1961, Cunha 1969, Cunha & Cintra 1984, *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* (NGP), *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (TLEBS)): as completivas (ou integrantes ou substantivas), as relativas (ou adjectivas ou qualificativas ou atributivas) e as adverbiais (ou circunstanciais). Esta distinção assenta sobretudo em critérios de natureza distribucional e funcional, estabelecendo-se um paralelismo entre os três tipos de orações e as funções desempenhadas por substantivos, adjectivos e advérbios:

"As proposições subordinadas estão para com a proposição principal na relação de termos ou elementos primários ou secundários, exercendo as mesmas funções que os elementos simples (palavras), excepto as do verbo no modo finito."

Coelho (1891: 119)

Assim, na designação encontrada em Ali 1927, por exemplo, privilegia-se a distribuição sintáctica das orações, comparando-a à de determinadas classes de palavras: as 'orações substantivas' teriam uma distribuição próxima dos 'substantivos'; as 'orações adjectivas' teriam uma distribuição semelhante à dos adjectivos; as 'orações adverbiais' teriam uma distribuição semelhante à dos advérbios:

"As subordinadas são orações substantivas se fazem as vezes de um substantivo, funcionando por exemplo como sujeito ou

³ No período anterior ao sec. XIX, ou nem sequer existiam de forma explícita os conceitos de 'frase complexa', 'subordinação' e 'coordenação' (cf. Lobo 2002a), ou estes conceitos tinham contornos diferentes. Assim, nas gramáticas filosóficas (cf. Andrade 1841, e especialmente Barbosa 1822), distinguem-se 'proposições totais' de 'proposições parciais', e 'conjunções de nexos' (ou 'homólogas' ou 'similares') de 'conjunções de nexos e ordem' (ou 'anhomólogas' ou 'dissimilares'). Curiosamente, nas proposições totais estavam incluídas quer as coordenadas, quer as adverbiais.

complemento; chamam-se orações adjetivas se têm o valor de determinante atributivo, e adverbiais se modificam o sentido do verbo como os advérbios."

Ali (1931: 272)

As designações alternativas, encontradas em Dias 1881, por exemplo, privilegiam ou a função das orações na frase, ou determinadas propriedades formais dessas construções: as 'orações integrantes' servem de complemento; as 'orações atributivas' ou 'relativas' servem de 'atributo' e são introduzidas por um 'pronome relativo', as 'orações circunstanciais' desempenham funções equivalentes às dos 'complementos circunstanciais'. Nestas gramáticas estabelece-se um paralelismo entre orações adverbiais e complementos circunstanciais:

"As proposições adverbiaes exprimem circumstancias diversas, equivalendo a complementos circumstanciaes (...)"

Coelho (1891: 120)

Tal como acontece para os complementos circunstanciais, também dentro do grupo das subordinadas adverbiais a gramática tradicional portuguesa estabelece distinções de natureza semântica. Na NGP e na TLEBS, são estabelecidos sete sub-grupos semânticos de adverbiais: temporais, causais, finais, concessivas, condicionais, consecutivas e comparativas. Nas gramáticas brasileiras, acrescentam-se a estas as orações conformativas e as proporcionais. Algumas gramáticas (cf. Dias 1881, por ex.) incluem nas orações adverbiais as causais-explicativas⁴, que a NGP trata na coordenação (a par das copulativas, alternativas, adversativas e conclusivas). Bechara 1961/1977 e 1999 considera ainda as locativas e as modais.

Nas gramáticas portuguesas consultadas não são aplicados critérios sintáticos explícitos de forma sistemática de modo a permitir estabelecer distinções de natureza sintática no grupo das orações adverbiais. As gramáticas, no entanto, distinguem formalmente adverbiais finitas de não finitas (infinitivas, gerundivas e participiais), e algumas delas referem pontualmente aspectos relativos à posição ocupada pela adverbial, muitas vezes em capítulos dedicados a aspectos 'estilísticos' ou 'à colocação

⁴ Dias 1881 chama a todas subordinadas causais.

das palavras na frase' (cf. Dias 1881: § 465-7).

Na tradição gramatical espanhola (cf. Alarcos Llorach 1994, e.o.), é usual estabelecer-se uma distinção que as gramáticas portuguesas ignoram: distingue-se entre 'adverbiais próprias' (as que podem ser substituídas por um advérbio) e 'adverbiais impróprias' (as que só podem ser substituídas por um grupo preposicional). Assim, enquanto as 'adverbiais próprias' incluem as temporais, as locativas e as orações de modo, as 'adverbiais impróprias' incluem as finais, as causais, as condicionais e as concessivas:

adverbiais próprias:

- (1) a. *Quando o João me telefonar*, aviso-te.
b. *Amanhã* aviso-te.
- (2) a. O João comprou este livro *onde tu lhe disseste para comprar*.
b. O João comprou este livro *aqui*.
- (3) a. O João bateu as claras *como eu ensinei*.
b. O João bateu as claras *rapidamente*.

adverbiais impróprias:

- (4) a. O João faltou *porque estava doente*.
b. O João faltou *por essa razão*.
- (5) a. O João abriu a janela *para que o quarto arejasse*.
b. O João abriu a janela *com esse propósito*.
- (6) a. O João virá à festa *se tu também vieres*.
b. O João virá à festa *nessa condição*.
- (7) a. *Apesar de estar doente*, o João foi dar aula.
b. *Apesar disso*, o João foi dar aula.

Esta distinção reflectiria até certo ponto propriedades semânticas e estruturais da oração adjunta. As 'adverbiais próprias' funcionariam normalmente como adjuntos circunstanciais, as 'adverbiais impróprias' causais e finais funcionariam como adjuntos circunstanciais ou como adjuntos oracionais e as condicionais e concessivas apenas como adjuntos oracionais (cf. Alarcos Llorach 1994: 446-8).

Na última edição da sua gramática, Bechara (1999: 471) distingue comparativas e

consecutivas das restantes adverbiais por estas duas estruturas, segundo o autor, se aproximarem das relativas, uma vez que, em ambos os casos, dependem de um quantificador e só desempenham uma função gramatical na matriz juntamente com o seu antecedente. A atribuição a consecutivas e comparativas de um estatuto diferente constitui uma posição inovadora na tradição gramatical portuguesa, que, como veremos adiante, faz todo o sentido (cf. também Peres 1997).

Não posso deixar de fazer notar que as distinções semânticas consideradas nas gramáticas portuguesas no grupo das orações adverbiais não são tão pacíficas quanto poderá parecer à primeira vista. A arbitrariedade nos grupos considerados fica clara quando confrontamos a nomenclatura da tradição gramatical portuguesa (muito próxima da francesa e da italiana) com a de outras tradições gramaticais. Veja-se, por exemplo, que só a tradição gramatical brasileira identifica estruturas adverbiais conformativas e proporcionais. As gramáticas espanholas, por sua vez, consideram as locativas e as modais, ausentes da maioria das gramáticas do português⁵. Numa gramática alemã como a de Helbig & Buscha 1984, as adverbiais estão agrupadas semanticamente de forma muito diferente. Nesta gramática, distinguem-se seis tipos de adverbiais: i) as temporais; ii) as locativas; iii) as modais (que incluem as instrumentais, as comparativas, as restritivas, as modais de especificação, as modais 'de falta de situação de acompanhamento'); iv) as causais (que incluem as causais propriamente ditas, as condicionais, as concessivas, as consecutivas e as finais); v) as substitutivas; vi) as adversativas. Também as gramáticas portuguesas anteriores ao séc. XX, anteriores ao estabelecimento de uma nomenclatura gramatical, estabelecem, por vezes, grupos semânticos diferentes dos da NGP. Finalmente, Quirk *et al.* 1985 consideram, para além dos tipos semânticos usuais, alguns outros, ausentes da maioria das gramáticas tradicionais: 'clauses of time', 'clauses of contingency', 'clauses of place', 'conditional clauses', 'clauses of concession', 'clauses of contrast', 'clauses of exception', 'reason clauses', 'clauses of purpose', 'clauses of result', 'clauses of similarity and comparison', 'clauses of proportion', 'clauses of preference' e 'comment clauses'. Assim, qualquer tentativa de tipologia semântica destas estruturas parece ter um carácter subjectivo. Com efeito, é possível interpretar a realidade e esquematizá-la sob diferentes perspectivas, o que reflecte naturalmente diferentes formas de ver o mundo.

⁵ Bechara 1961/1977 constitui uma excepção.

Esta breve panorâmica do tratamento dado às orações adverbiais nas gramáticas tradicionais serve para ilustrar a insuficiência da classificação tradicional, sobretudo no que diz respeito aos aspectos sintáticos das construções ditas de subordinação adverbial.

2.2. As subordinadas adverbiais e as estruturas de coordenação

Como muitos autores observaram (cf. Lopes 1972, Rojo 1978, Vera Luján 1981, Longacre 1985, Piot 1988, Mattos e Silva 1989, Peres 1997, López García 1999, e.o.), nem sempre é fácil a distinção entre certas estruturas tradicionalmente tratadas na coordenação (adversativas, conclusivas e explicativas) e as orações adverbiais (em particular as concessivas e as causais), tradicionalmente tratadas na subordinação. De facto, estas estruturas têm em comum, segundo observa Peres 1997, o facto de constituírem semanticamente proposições completas/fechadas. No caso de concessivas e adversativas, por um lado, e de explicativas e causais, por outro, sendo os seus valores semânticos muito próximos, a distinção pode parecer artificial. Isto levou a que Rojo (1978: § 7.) propusesse tratar quer as 'orações adverbiais impróprias', na terminologia gramatical espanhola (em que estão incluídas concessivas, causais e condicionais), quer as adversativas, como mantendo uma relação particular (diferente da coordenação e da subordinação) com a chamada 'oração principal': uma relação entre duas constantes, uma relação de 'interdependência', uma 'interordenação'. Chama assim 'bipolares' a todas as orações no interior das quais existe uma interordenação entre as orações que as constituem. As orações bipolares constituiriam um terceiro tipo de estruturação de relação entre orações, diferente da subordinação e da coordenação.

Face a este panorama, põe-se a questão de saber se, de um ponto de vista exclusivamente sintático, se justifica a identificação de um conjunto de estruturas a que se chama subordinadas adverbiais, distinto de outras estruturas, mais próximas da coordenação.

Neste trabalho, vou manter a distinção entre subordinação e coordenação estabelecida tradicionalmente, apesar de saber que esta decisão pode ser polémica para

alguns⁶, porque me parece que existem critérios sintáticos/formais suficientes que a justificam, independentemente das distinções semânticas e sintáticas que terão de ser estabelecidas ao nível dos diferentes tipos de coordenação oracional. No próximo ponto, justifico a minha decisão, recorrendo a argumentos de natureza formal.

2.3. Coordenação vs. subordinação: critérios sintáticos

Definir coordenação e subordinação não é tarefa fácil. As estruturas que se incluem tanto num grupo como no outro não têm comportamentos uniformes. Para além disso, esta distinção não tem um carácter universal:

- i) existem línguas em que a distinção não é pertinente (cf. Longacre 1985)⁷
- ii) nas línguas em que ela pode ser aplicada, os critérios são variáveis.

A dificuldade aumenta quando consideramos as estruturas de subordinação 'adverbiais'. Não é por acaso que Barbosa 1822 distingue 'proposições parciais' (que incluem as completivas, as relativas e algumas comparativas) de 'proposições totais' (que incluem as coordenadas e a generalidade das adverbiais). Este segundo grupo corresponde, no campo da lógica, àquilo a que se pode chamar 'proposições completas/fechadas' (cf. Peres 1997).

Na definição das subordinadas em geral, é usual referir-se que estas estão integradas na oração matriz e que estabelecem com ela uma relação gramatical (ou de complemento ou de sujeito ou de modificador):

"As orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração chamam-se SUBORDINADAS. O período constituído de orações

⁶ Em Peres (1997: 786), faz-se a seguinte afirmação: "do ponto de vista de uma tipologia bem fundada de conexões proposicionais, a oposição entre coordenação e subordinação adverbial é absolutamente insuficiente, porquanto secundariza diferenças relevantes, tanto sintáticas como semânticas".

⁷ Longacre (1985: 238-9 e 263-283) refere um tipo de línguas, faladas sobretudo na ilha de Nova Guiné, mas também em alguns países da América do Sul, a que chama 'chaining languages', em que a distinção coordenada/subordinada é irrelevante. As dependências entre orações seguem um esquema totalmente diferente do das línguas que nos são mais familiares: as frases estão "encadeadas" umas nas outras, através de morfemas que 'anunciam' parte da informação da oração seguinte; só uma das frases, numa sequência de frases encadeadas, tem o V em posição final.

SUBORDINADAS e uma oração PRINCIPAL denomina-se COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO."

Cunha & Cintra (1984: 590)

Relativamente às coordenadas em geral, assume-se que não mantêm nenhuma relação de dependência em relação à oração dita 'coordenante':

"São construções de COORDENAÇÃO aquelas que envolvem duas ou mais orações ou sintagmas de idêntica categoria sintáctica e em que nenhum deles é constituinte do outro."

Mateus *et al.* (1989: 257)

Não me parece que seja por acaso que em Mateus *et al.* 1989 não seja dada nenhuma definição do conceito de subordinação. Distinguem-se à partida vários tipos de construções de subordinação, sem definir o que se entende por 'subordinação' (cf. Mateus *et al.* (1989: 264)), seguindo uma arrumação que me parece discutível e que não distingue subordinação sintáctica de subordinação semântica⁸:

- i) "construções caracterizadas pelo encaixe de uma frase noutra"⁹
- ii) "construções que não incluem uma estrutura de encaixe"¹⁰
- iii) "construções que envolvem um encaixe de uma frase noutra mas cuja análise exige, por vezes, o conhecimento de noções lógico-semânticas"¹¹.

A dificuldade em definir os conceitos de 'coordenação' e de 'subordinação' decorre do facto de serem poucas as propriedades que, formalmente, podemos atribuir ao conjunto das subordinadas, que as distingam enquanto grupo do conjunto das estruturas coordenadas.

No conjunto das estruturas de subordinação, é claro que o estatuto sintáctico de

⁸ Na nova edição desta gramática, Mateus *et al.* 2003, os capítulos relativos à frase complexa sofrem uma profunda reformulação. Uma vez que esta nova edição surgiu já na fase de conclusão desta dissertação, não me foi possível integrar essa informação.

⁹ Incluem as construções 'de complementação' e 'de relativização'.

¹⁰ Incluem as 'condicionais' (i.e. causais, condicionais e conclusivas), as 'finais', as 'contrastivas' (i.e. concessivas) e as construções 'de ordenação temporal' (i.e. temporais).

¹¹ Trata-se das 'construções de gradação' (i.e. comparativas e consecutivas).

completivas e relativas se afasta das estruturas de coordenação.

No primeiro caso, porque são argumentos nucleares da proposição e, por conseguinte, elementos imprescindíveis para o seu sentido completo. Veja-se a impossibilidade de as completivas serem apagadas vs. possibilidade de apagar coordenadas:

- (8) a. O Pedro disse que o Paulo não vinha jantar.
b. *O Pedro disse.
- (9) a. O Pedro comeu um pastel de nata e a Ana comeu um queque.
b. O Pedro comeu um pastel de nata.

No segundo caso, porque o encaixamento se faz a um nível mais profundo da estrutura de constituintes e porque o conector desempenha claramente uma função sintáctica na oração que introduz:

- (10) [O livro [*que*_i o Pedro me ofereceu [-]_i]] era excelente.

No entanto, quando passamos para as orações adverbiais, somos confrontados com uma certa dificuldade em aplicar a definição clássica de subordinação. De facto, a maioria das estruturas designadas tradicionalmente de adverbiais são estruturas que não são argumentos nucleares e que ocupam uma posição periférica na frase matriz, contrariamente às outras estruturas de subordinação. Para além disso, as adverbiais têm em comum com as estruturas de coordenação o facto de constituírem proposições fechadas ou totais, não funcionando como argumento nuclear integrado noutra proposição nem como modificador de um argumento nuclear. Assim, a aproximação lógica de coordenadas e de adverbiais reflecte-se por vezes em comportamentos sintácticos semelhantes, levando a que nem sempre seja fácil estabelecer uma linha demarcadora entre coordenação e subordinação.

Para ilustrar a proximidade lógica entre subordinação adverbial e coordenação, veja-se, por exemplo, que a maioria das relações semânticas tipicamente expressadas através da subordinação encontram correspondência em relações semânticas que se estabelecem entre unidades linguísticas que ultrapassam a frase, através de processos de coesão semântica, de conexões discursivas que se manifestam em fragmentos de discurso que podem ser constituídos por diversas frases sintacticamente independentes. A identificação deste tipo de conexões discursivas tem sido aliás amplamente estudada no quadro da Teoria da Representação Discursiva (DRT, cf. Kamp & Reyle 1993).

Assim, é possível expressar a causa, o tempo, a condição, a concessão através da subordinação, mas estas mesmas relações semânticas podem também ser inferidas sem que haja marcação explícita da conexão. Considerem-se a título de exemplo as seguintes frases:

- (11) a. Quando o professor entrou na sala, os alunos sentaram-se.
b. O professor entrou na sala. Os alunos sentaram-se.
- (12) a. Como estava bom tempo, o João resolveu ir dar um passeio.
b. Estava bom tempo. O João resolveu ir dar um passeio.

Em (11)b, na ausência de qualquer conector, infere-se que o evento descrito na primeira frase é temporalmente anterior ao evento descrito na segunda frase. A relação temporal entre as duas proposições só está explicitamente marcada em (11)a. Por sua vez, em (12)b infere-se uma relação de causalidade entre as duas frases. Essa relação só está explicitamente marcada em (12)a.

Assim, dada a proximidade existente entre estruturas de coordenação e de subordinação adverbial, importa encontrar quais as propriedades sintáticas que caracterizam (tipicamente) estruturas de coordenação (ou paratáticas), por um lado, e estruturas de subordinação (ou hipotáticas), por outro, procurando fazer uma identificação objectiva de estruturas coordenadas vs. estruturas subordinadas.

Embora a distinção entre coordenação (frásica) e subordinação não seja universal, ela parece fazer sentido para um grande número de línguas (em particular, para as românicas e germânicas, e para as da família indo-europeia em geral), traduzindo-se esta oposição nas diferentes propriedades sintáticas manifestadas por cada um destes tipos de estruturação frásica. Contudo, as suas manifestações particulares podem variar de língua para língua.

Assim, importa estabelecer critérios sintáticos que ajudem a demonstrar a pertinência da distinção entre coordenação e subordinação, mostrando até que ponto ela é produtiva.

Em Quirk *et al.* (1985: § 13), são apresentadas seis propriedades sintáticas que caracterizam tipicamente as conjunções de coordenação:

- i) imobilidade na posição inicial da oração que introduzem
- ii) impossibilidade de movimento da oração que introduzem para o início da oração precedente

- iii) impossibilidade de serem precedidas de conjunção
- iv) possibilidade de ligarem não só orações, mas também predicados e outros constituintes
- v) possibilidade de ligarem orações subordinadas
- vi) possibilidade de ligarem mais de duas orações, e, nesse caso, todos os conectores excepto o último podem ser omitidos.

Após aplicação destes critérios, os autores concluem que não existe uma fronteira nítida entre coordenação e subordinação, mas que há antes uma escala no valor subordinativo/coordenativo de um dado conector e da estrutura oracional por ele introduzida. A primeira e terceira propriedades servem ainda para identificar elementos com função conectiva, mas que gramaticalmente não se comportam como conjunções, tais como *however* ou *therefore*.

Em relação ao português, em Peres 1997, consideram-se propriedades comuns a todas as estruturas de coordenação a impossibilidade de movimento e de clivagem, assim como a não sujeição ao escopo da negação, embora outras estruturas não paratáticas (e.g. relativas, comparativas e consecutivas) partilhem algumas destas características. O autor considera ainda mais dois critérios para a distinção entre classes de estruturas - a possibilidade de a estrutura complexa ocorrer como complemento de Vs ou de Advs. de frase.

De facto, nem todas as estruturas de subordinação partilham das mesmas propriedades. As relativas, por exemplo, não podem ser antepostas, o que dificulta qualquer generalização que tenha por base o critério da mobilidade.

Os critérios unificadores da classe das subordinadas são difíceis de encontrar, sobretudo quando tentamos ir para além da ideia de que estas desempenham uma função gramatical na matriz, cuja caracterização, no que diz respeito às adverbiais, é bastante imprecisa. De facto, muitos desses critérios não parecem ter um carácter universal. Sendo assim, é legítimo perguntar se é pertinente e fundamentada a bipartição clássica entre estruturas de subordinação (hipotaxe) e estruturas de coordenação (parataxe). Do meu ponto de vista, esta é uma distinção sintáctica que faz sentido, pelo menos para um determinado grupo de línguas, ainda que nem sempre seja fácil caracterizá-la. É isso que tentarei mostrar de seguida.

Retomando alguns dos critérios usados pelos autores acima referidos e

introduzindo alguns critérios novos, considerarei, de forma sistemática, critérios sintáticos de diferentes tipos para caracterizar estruturas de subordinação vs. estruturas de coordenação, procurando perceber de que forma é que esses critérios são realmente identificadores de uma classe. Referirei, em primeiro lugar, uma série de critérios aplicáveis não só ao português, mas também a línguas como o francês, o inglês, o alemão, o espanhol e o italiano; em segundo lugar, alguns critérios que só funcionam para determinadas línguas.

Embora a discussão nos pontos seguintes incida sobre a totalidade das estruturas complexas (por coordenação e por subordinação), em última instância pretende-se isolar um conjunto de estruturas passível de receber a designação de *construções de subordinação adverbiais*.

2.3.1. Critérios comuns a várias línguas

2.3.1.1. (In)existência de estrutura de encaixe/Desempenho (ou não) de função sintático-semântica na oração principal

Como vimos acima, as classificações tradicionais caracterizam as estruturas de subordinação através da observação de que estas desempenham uma função sintática (e semântica) na oração principal. Essa função pode ser imprescindível ao sentido completo da frase, ou pode corresponder a uma função secundária. As frases coordenadas, pelo contrário, não desempenham, em princípio, qualquer tipo de função sintática ou semântica na oração dita 'coordenante'.

É fácil verificar que as completivas desempenham uma função sintática na frase matriz. O seu apagamento geralmente dá origem a que a sequência se torne agramatical:

- (13) a. O João acha *que o mundo vai acabar*.
b. *O João acha.

As relativas¹², embora sejam estruturas não argumentais¹³, desempenham funções que são relativamente claras: ou contribuem para a identificação da referência da expressão nominal que modificam, ou funcionam como apostos ao grupo nominal. Para além disso, distinguem-se claramente de outro tipo de estruturas oracionais – completivas declarativas, por exemplo - porque neste caso temos o conector da oração a desempenhar uma função de argumento ou adjunto na sua própria oração¹⁴:

- (14) a. [Os bolos [*que*_i o Zé comprou [-]_i]] eram excelentes.
b. Os bolos eram excelentes.

Pelo contrário, a função desempenhada pelas subordinadas adverbiais nem sempre é clara. Embora para muitas adverbiais se possa identificar uma função 'accessória' ou de argumento 'não nuclear' (relativamente às temporais, por exemplo, não é problemático identificar uma função de localização temporal do evento da matriz), para a generalidade das estruturas, a função desempenhada não é evidente. Vimos já, aliás, que o mesmo tipo de relação que encontramos nas adverbiais tradicionais pode encontrar-se em estruturas coordenadas:

- (15) a. O João bateu-lhe e ele desatou a chorar.
b. Ele desatou a chorar porque o João lhe bateu.
c. Ele desatou a chorar.

Veja-se também a grande proximidade semântica entre adversativas e concessivas - as primeiras classificadas na coordenação, as segundas na subordinação:

- (16) a. O João queria vir à reunião, mas não chegou a tempo.
b. Embora o João quisesse vir à reunião, não chegou a tempo.

Finalmente, o papel de comparativas e consecutivas neste sistema não é claro. À primeira vista parece tratar-se de estruturas seleccionadas por um quantificador ou advérbio de grau. Veja-se que a omissão da consecutiva só é geralmente possível num

¹² Refiro-me aqui apenas às relativas com antecedente, claramente integradas em constituintes nominais.

¹³ Exceptuam-se obviamente as relativas ditas 'substantivas' ou relativas 'livres', que superficialmente pelo menos ocorrem em posições seleccionadas.

¹⁴ Nalguns casos, pode defender-se uma análise em que *que* é tratado como um complementador, havendo um operador nulo na posição de especificador de C a ligar a variável dentro de IP (cf. Vasconcelos 1991).

contexto exclamativo:

- (17) a. O João comeu tantos carapaus que ficou mal disposto.
b. *O João comeu tantos carapaus.
c. O João comeu tantos carapaus!

Relativamente às comparativas, o termo da comparação pode ser omitido, mas é sempre subentendido:

- (18) a. O João é mais alto do que o Paulo.
b. O João é mais alto.

As comparativas são estruturas que se aproximam mais de orações relativas ou completivas, pela relação que estabelecem com um antecedente, normalmente de natureza escalar/graduável/mensurável (cf. Bechara 1999: 473¹⁵ e Peres 1997¹⁶), que alguns trataram como sendo complemento de um núcleo funcional de Grau (cf. Lechner 2000 e 2001 e referências aí dadas). Também em Quirk *et al.* (1985: §15.75) é referida a hipótese de a oração comparativa ser seleccionada pelo comparativo, formando com ele um constituinte descontínuo que funciona como modificador de grau.

As comparativas, como vários autores têm mostrado, partilham, no entanto, muitas propriedades com as estruturas coordenadas (cf. Napoli 1983; Lechner 2001), nomeadamente quanto à legitimação de vários fenómenos que podem genericamente ser designados de 'elipse'¹⁷ (cf. Matos & Brito 2001). Em muitos casos, põe-se inclusivamente a questão de saber se a construção comparativa tem efectivamente uma estrutura oracional, ou se, pelo contrário, temos um constituinte não oracional como

¹⁵ "As subordinadas adverbiais do 2º grupo, integradas pelas comparativas e consecutivas, guardam certa analogia com as adjetivas porque dependem de um antecedente, de natureza quantificadora ou de unidade quantificada (adjetivo ou advérbio) e só mantêm relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente" (cf. Bechara 1999: 473).

¹⁶ "(...) o conjunto das estruturas que a NGP trata no âmbito da subordinação adverbial não apresenta uniformidade sintáctica ou semântica que justifique esta agregação, sendo justificado que se separem, na taxinomia gramatical, as estruturas comparativas e consecutivas das estruturas de subordinação adverbial, sendo atribuído àquelas um estatuto paralelo ao das subordinadas substantivas e adjetivas (...)" (cf. Peres 1997: 786).

¹⁷ Vários fenómenos de elipse característicos de estruturas coordenadas (cf. Matos 1992a) são comuns às comparativas. Em algumas adverbiais, podem ocorrer, de forma restrita, alguns destes fenómenos de elipse. Em espanhol (cf. Fernández Lagunilla & Anula Rebollo 1995) e em certos dialectos do português (cf. dados do Cordial-sin), é possível encontrar elipses em certas orações temporais:

- i) Me fui cuando (se fue) Pedro. (Fernández Lagunilla & Anula Rebollo 1995: 332)
- ii) Juan llegó antes que Pedro/yo (llegara). (García Fernández 1999: 3189)
- iii) Juan llegó después que Pedro/yo (llegara). (*ibid.*)
- iv) Vais quando eu?

segundo termo da comparação.

A possibilidade de haver elipse não se verifica relativamente às consecutivas:

(19) *O João comeu tantos doces que doente.

A especificidade destes dois tipos de estruturas - comparativas e consecutivas - justifica que lhes seja dado um lugar autónomo na gramática. Trata-se, com efeito, de construções que se distinguem sob variadíssimos aspectos das restantes estruturas adverbiais. As suas particularidades impedem-me de proceder aqui a uma análise mais detalhada. Irei, contudo, referindo a forma como cada uma destas construções se comporta relativamente aos diferentes critérios sintácticos considerados.

Concluindo, verificamos que, para muitas estruturas, não é tarefa simples identificar se elas desempenham ou não uma função sintáctica e semântica na oração principal, e, em caso afirmativo, qual a função exacta que é desempenhada.

2.3.1.2. (Im)possibilidade de anteposição

Alguns dos critérios normalmente usados para caracterizar classes de estruturas frásicas que se inserem em frases complexas envolvem processos de **deslocação de constituintes**. A possibilidade de anteposição é um desses critérios.¹⁸

Observando a aplicação do critério sintáctico de anteposição, verificamos que as estruturas de coordenação típicas rejeitam a anteposição:

(20) a. O João comprou um disco *e* o Zé comprou um livro.

b. **E* o Zé comprou um livro, o João comprou um disco.

(21) a. O João gosta de música clássica, *mas* o Paulo *prefere* música folclórica.

b. **Mas* o Paulo *prefere* música folclórica, o João gosta de música clássica

¹⁸ Refiro-me neste capítulo à possibilidade de um constituinte ocupar a posição inicial através das designações comuns de 'anteposição' ou 'movimento'. Isto não significa que tenha havido efectivamente um processo transformacional em todos os casos. Se, para algumas estruturas, isso parece ser inquestionável (ex: completivas antepostas), para outras (ex: adverbiais em posição inicial), como veremos adiante (cf. § 3.5.3.), a análise transformacional pode ser questionada. Os termos aqui usados não sugerem, contrariamente àquilo que poderia parecer, uma explicação transformacional para todos os casos. Funcionam apenas como designações abreviadas do que seria 'possibilidade de ocorrer em posição inicial de frase'.

Também as relativas, as comparativas, e as consecutivas, rejeitam a anteposição:

- (22) a. O João encontrou o livro *que eu tinha perdido*. <relativa>
b. **Que eu tinha perdido*, o João encontrou o livro.
- (23) a. O Rui é tão inteligente *como o Paulo*. <comparativa>
b. **Como o Paulo*, o Rui é tão inteligente.
- (24) a. O João comeu tanto *que ficou enjoado*. <consecutiva>
b. **Que ficou enjoado*, o João comeu tanto.

As completivas e as restantes classes semânticas de adverbiais (causais, finais, temporais, condicionais, concessivas) permitem a anteposição.

- (25) a. O Rui certamente não sabe *que teve boa nota no exame*. <completiva>
b. *Que teve boa nota no exame*, o Rui certamente não sabe.
- (26) a. O Zé telefonou à mãe *quando eu cheguei a casa*. <temporal>
b. *Quando eu cheguei a casa*, o Zé telefonou à mãe.
- (27) a. O Zé faltou ao exame *por estar doente*. <causal>
b. *Por estar doente*, o Zé faltou ao exame.
- (28) a. O professor repetiu a frase *para os alunos poderem tomar nota*. <final>
b. *Para os alunos poderem tomar nota*, o professor repetiu a frase.
- (29) a. O Rui veio fazer o exame, *embora estivesse doente*. <concessiva>
b. *Embora estivesse doente*, o Rui veio fazer o exame.
- (30) a. Vamos à praia amanhã *se estiver bom tempo*. <condicional>
b. *Se estiver bom tempo*, vamos à praia amanhã.

Exceptua-se aqui um subconjunto das temporais, com uma função predominantemente narrativa, que também não admite a anteposição:

- (31) a. O Zé estava a entrar no comboio, *quando de repente reparou que se tinha enganado*. <temporal 'narrativa'>
b. **Quando de repente reparou que se tinha enganado*, o Zé estava a entrar no comboio.

Verificamos assim que, no que diz respeito à possibilidade de ocorrer em posição inicial, as estruturas tradicionalmente integradas na subordinação não têm um comportamento uniforme. As relativas comportam-se diferentemente das completivas, o

que é explicável pelo seu maior grau de encaixamento na estrutura da frase. Também as consecutivas e comparativas rejeitam este teste, aproximando-se a este respeito de relativas e de coordenadas.

Assim, a anteposição não é um critério que permita distinguir objectivamente entre coordenação e subordinação. Mas se não serve como argumento para a existência de uma classe de estruturas 'de subordinação', pode, contudo, servir, como defendido em Peres 1997, para distinguir estruturas coordenadas de estruturas de subordinação adverbial, desde que se atribua às comparativas e consecutivas (e também às temporais 'narrativas') um estatuto diferente. Como vimos, estas são as únicas estruturas tradicionalmente incluídas nas adverbiais que não admitem o movimento.

2.3.1.3. (Im)possibilidade de haver extracção de constituintes

Um outro critério que permite estabelecer distinções entre classes de estruturas é a possibilidade de haver **extracção de um constituinte**. Aplicando este teste, verificamos que só se obtêm resultados gramaticais com as completivas¹⁹:

- (32) a. O Rui acha que o Zé conhece a Ana. <completiva>
b. [Quem] é que o Rui acha que o Zé conhece [-]?

As restantes estruturas - relativas, adverbiais e coordenadas - rejeitam-no. É sabido que a extracção não é possível nem do interior de adjuntos, nem do interior de coordenadas²⁰:

- (33) a. O João apreciou o livro que eu ofereci à mãe. <relativa>
b. *[A quem] é que o João apreciou o livro que eu ofereci [-]?
- (34) a. O Rui gosta tanto de cinema como o Zé de teatro. <comparativa>
b. *[De que] é que o Rui gosta tanto de cinema como o Zé [-]?
- (35) a. O João comeu tanto que ficou enjoado. <consecutiva>
b. *[Como] é que o João comeu tanto que ficou [-]?
- (36) a. O Zé telefonou à mãe quando encontrou os óculos. <temporal>
b. *[O que] é que o Zé telefonou à mãe quando encontrou [-]?

¹⁹ Exceptuam-se naturalmente os contextos de ilhas-Qu:

i) *[Como] é que o Rui não sabe [quem arranhou este rádio [-]]?

²⁰ A não ser, evidentemente, em casos de movimento 'across-the-board'.

- (37) a. O Zé ficou doente por ter comido muitos doces. <causal>
 b. *[O que] é que o Zé ficou doente por ter comido [-]?
- (38) a. O professor repetiu novamente a frase para os alunos perceberem a pergunta. <final>
 b. *[O que] é que o professor repetiu novamente a frase para os alunos perceberem [-]?
- (39) a. O Rui veio fazer o exame, embora estivesse doente. <concessiva>
 b. *[Como] é que o Rui veio fazer o exame, embora estivesse [-]?
- (40) a. Vamos à praia amanhã se o Zé nos emprestar o carro. <condicional>
 b. *[O que] é que vamos à praia amanhã se o Zé nos emprestar [-]?
- (41) a. O João comprou um disco e o Zé comprou um livro. <coordenada>
 b. *[O que] é que o João comprou um disco e o Zé comprou [-]?

Embora as estruturas de coordenação, como acabámos de ver, não permitam extracção de um dos seus membros apenas (cf. (43)), está-lhes, contudo, geralmente associada a possibilidade de haver extracção simultânea de constituintes dos dois membros da coordenação (cf. (42)), fenómeno conhecido na literatura como **movimento 'across-the-board'** (cf. Ross 1967; Colaço 1996).

O movimento 'across-the-board' só é geralmente possível se existir paralelismo, i.e. equivalência categorial e funcional, entre os constituintes extraídos de cada um dos membros coordenados (cf. (44)):

- (42) Quem é que o Pedro adora [-] e o João detesta [-]?
- (43) *Quem é que o Pedro adora [-] e o João detesta o Zé?
- (44) *Quem é que o Pedro adora [-] e [-] detesta o Zé?

Esta propriedade poderia ser usada como teste para a identificação do estatuto coordenado ou subordinado de uma determinada estrutura oracional. No entanto, as estruturas de subordinação adjuntas manifestam uma outra propriedade que pode confundir-se com o movimento 'across-the-board': trata-se da possibilidade de legitimação de **lacunas parasitas** ('parasitic gaps', cf. Chomsky 1986). Este fenómeno consiste na possibilidade de ocorrer uma categoria vazia numa oração subordinada adjunta legitimada por um vestígio de movimento-A' na oração matriz:

- (45) Que documentos é que a Ana arquivou [-] sem que o Zé lesse [-]?
- (46) Que livros é que a Ana deu [-] depois de ler [-]?

Formalmente, é difícil distinguir movimento 'across-the-board' do fenómeno de legitimação de lacunas parasitas em subordinadas adverbiais, uma vez que o movimento 'across-the-board' parece estar restrito ao movimento-A' e existem muitos pontos comuns às duas construções (cf. Colaço 1996). Por conseguinte, não vou considerar o movimento 'across-the-board', nem a legitimação de lacunas parasitas na identificação da natureza coordenada ou subordinada das estruturas oracionais.

Os critérios acima referidos não nos permitiram estabelecer inequivocamente uma distinção entre coordenação e subordinação. Contudo, a favor da existência desta bipartição clássica estão outras propriedades, de natureza distribucional, comuns a todas as subordinadas e geralmente ausentes das coordenadas, que irei referir de seguida, algumas delas identificadas já em trabalhos como o de Quirk *et al.* 1985 ou Piot 1988.

2.3.1.4. (Im)possibilidade de a estrutura ser coordenada (ou (im)possibilidade de a conjunção ocorrer contiguamente a uma conjunção de coordenação previamente identificada)

Em primeiro lugar, temos alguns testes de **natureza distribucional**: trata-se dos testes que verificam a possibilidade de a estrutura introduzida por conjunção ser coordenada ou de o conector ocorrer contiguamente a uma conjunção de coordenação (previamente identificada) (cf. Quirk *et al.* 1985; Piot 1988). Estes testes são bastante mais elucidativos do que aqueles que referimos acima quanto à pertinência do conceito sintáctico de subordinação. De facto, ao aplicarmos este teste, verificamos que completivas, relativas e adverbiais temporais, causais, finais, condicionais e concessivas admitem ser coordenadas:

- (47) O Pedro disse [que o Paulo comprou *Os Maias* nesta livraria] e [que o Zé comprou *Os Lusíadas* naquela]. <completiva>
- (48) Encontrei o livro [que tu me encomendaste] e [que a Ana tanto aprecia]. <relativa>
- (49) Falei com o Zé [antes de te telefonar] e [antes de saber a notícia]. <temporal>
- (50) Iremos passear [se estiver bom tempo] e [se nos emprestarem o carro]. <condicional>
- (51) O João abriu a janela [para apanhar um pouco de ar puro] e [para conseguir

ver quem estava a tocar à porta]. <final>

(52) O João telefonou-me [porque estava com saudades minhas] e [porque queria saber notícias da mãe]. <causal>

(53) [Embora ainda não tenha tomado uma decisão definitiva] e [embora esta decisão seja bastante polémica], estou inclinado a votar a favor da regionalização. <concessiva>

As estruturas coordenadas, pelo contrário, não podem ser coordenadas, i.e. a conjunção de coordenação não pode ocorrer contiguamente a outra conjunção de coordenação:

(54) *O Zé comprou *Os Lusíadas* [e o Paulo comprou *Os Maias*] e [e a Ana comprou *A Odisseia*]. <coordenada copulativa>

(55) *[O Zé irá ao cinema] e [mas a Ana irá ao teatro]. <coordenada adversativa>

Repare-se que, quanto à possibilidade de coordenação, comparativas e consecutivas não parecem comportar-se da mesma forma. Enquanto as comparativas admitem (nalguns casos marginalmente) a coordenação, as consecutivas parecem rejeitá-la:

(56) a. O Zé é tão inteligente [como o Paulo] e [como a Ana].

b. O Zé comeu mais bolos [do que o Paulo] e [do que a Ana].

(57) a. ?*O Zé comeu tantos doces [que ficou mal disposto] e [que teve de ir ao hospital].

b. ?*O Zé portou-se tão bem [que a mãe ficou orgulhosa] e [que o pai lhe ofereceu um presente].

Resumindo, podemos constatar que, à excepção das consecutivas - cujos resultados neste teste são menos claros -, as estruturas tradicionalmente incluídas na subordinação aceitam a coordenação, ao passo que as estruturas de coordenação típicas a rejeitam.

O teste da possibilidade de coordenação, juntamente com o critério da posição fixa do conector no início da oração, é igualmente interessante para distinguir conectores de coordenação conjuncionais de outros conectores de natureza adverbial, a

que alguns chamam 'advérbios conectivos' (cf. Quirk *et al.* 1985; Renzi & Salvi 1991).

A aplicação deste teste leva à exclusão das conclusivas do grupo das coordenadas. Na realidade, os conectores 'conclusivos' (*portanto, por conseguinte, por isso...*) têm uma natureza adverbial, como muito bem observa Bechara (1999: 322-3, 478), não se lhes podendo atribuir, com rigor, o estatuto de conjunções, como fazem erroneamente a maioria das gramáticas portuguesas. Para além de estes conectores não apresentarem uma propriedade típica das conjunções, que é a posição fixa no início da oração (cf. (58)), eles podem co-ocorrer com conjunções de coordenação (cf.(59)):

- (58) a. Estava muito frio; *portanto*, o João decidiu ficar em casa.
b. Estava muito frio; o João, *portanto*, decidiu ficar em casa.
c. Estava muito frio; o João decidiu ficar em casa, *portanto*.
- (59) Estava muito frio, *e portanto* o João decidiu ficar em casa.

Pelo mesmo princípio, muitos conectores adversativos (cf. *porém, todavia, contudo...*) terão de ser excluídos do grupo das conjunções de coordenação, sendo-lhes atribuído antes um estatuto adverbial:

- (60) a. O Francisco é muito tímido. *Porém*, a Madalena é extrovertida.
b. O Francisco é muito tímido. A Madalena, *porém*, é extrovertida.
c. O Francisco é muito tímido. A Madalena é extrovertida, *porém*.
- (61) O Francisco é muito tímido *e, porém*, gosta muito de ajudar.

2.3.1.5. (Im)possibilidade de o conector ligar mais do que dois constituintes

Existem ainda algumas propriedades normalmente atribuídas às conjunções de coordenação típicas (i.e. copulativas e disjuntivas). Uma delas consiste na possibilidade de as conjunções de coordenação típicas ligarem mais do que dois constituintes, podendo todos os conectores ser omitidos com excepção do que liga o último membro coordenado.

Esta propriedade, embora seja comum a copulativas e disjuntivas, não é partilhada pelas adversativas:

- (62) a. fui à livraria, (e) fui ao cinema e fui ao café
b. ficaste em casa, (ou) foste ao cinema, ou foste ao café?
c. *não fiquei em casa, (mas) fui ao cinema, mas fui ao café

Os resultados deste teste não são idênticos com completivas, relativas, comparativas, consecutivas, adverbiais temporais, finais, causais, condicionais e concessivas, em que existe sempre uma dependência sintáctica entre a oração subordinada e a matriz. Pode haver, nalguns casos, duas estruturas do mesmo tipo justapostas, subentendendo-se então ou uma estrutura de coordenação assindética entre as duas orações subordinadas (e não entre as subordinadas e a matriz) - e.g. completivas (cf. (63)) - ou uma dupla modificação - e.g. relativas (cf. (64)), temporais (cf. (67))...

No entanto, ao contrário do que acontece com as coordenadas copulativas e disjuntivas, o conector da primeira oração encaixada nunca pode ser omitido:

(63) O João disse *(que) não vinha jantar, que ia ficar a trabalhar até mais tarde.

(64) Traz-me os livros *(que) eu te dei, que estão em cima da mesa.

(65) O João é tão alto *(como) o Paulo, *(como o João), como o António.

(66) O João comeu tanto *(que) ficou mal disposto, que teve de ir ao hospital.

(67) O João gosta de passear na praia *(quando) sai do trabalho, quando o tempo está bom.

Concluindo, constatamos que a possibilidade de haver conexão de mais do que dois constituintes não é uma propriedade que individualize enquanto classe as estruturas tradicionalmente tratadas como coordenadas, uma vez que as adversativas obtêm resultados agramaticais neste teste.

2.3.1.6. (Im)possibilidade de o conector ligar constituintes não oracionais

Um outro critério que distingue tipicamente as estruturas de coordenação das estruturas de subordinação consiste na possibilidade de as conjunções de coordenação típicas ligarem não apenas constituintes oracionais, mas também constituintes de outras categorias sintácticas. Esta possibilidade é comum às adversativas, copulativas e disjuntivas.

(68) a. O João e o Pedro chegaram atrasados. <coordenação de DPs>

b. Falei com o João e com o Pedro. <coordenação de PPs>

c. Recitou o poema emocionadamente e pausadamente. <coordenação de

Advs>

- d. A mãe fez o bolo e os meninos comeram-no. <coordenação de frases>
- (69) a. (ou) os meninos ou os pais comeram o bolo. <coordenação de DPs>
- b. Vou para casa (ou) de táxi ou a pé. <coordenação de PPs>
- c. Podem correr depressa ou devagar. <coordenação de Advs>
- d. A mãe escondeu o bolo ou os meninos comeram-no. <coordenação de frases>
- (70) a. Comprei uma camisola bonita, mas cara.
- b. O João adormeceu o filho *(não) com uma cantiga, mas com uma história.
- c. Estragou-se *(não) o leite, mas a manteiga.
- d. O Zé foi ao cinema, mas a Ana foi ao teatro. <coordenação de frases>

Nas estruturas de subordinação em geral, por definição, estabelecem-se conexões entre constituintes oracionais e um elemento ou posição que é parte integrante de outra oração. Nalguns casos de adverbiais, é possível encontrar, no entanto, estruturas elípticas, em que superficialmente o constituinte conectado não é de natureza oracional:

- (71) O João é simpático, *ainda que bastante tímido*.
- (72) ?Comprei uma camisola muito bonita, *embora um pouco cara*.
- (73) *Quando muito pequenos*, os brinquedos podem ser perigosos para os bebés.
- (74) *Enquanto novo*, o João tinha imensas actividades.
- (75) *Depois de velho*, o João ficou mais simpático.
- (76) ?*Se perdidos*, os meninos devem procurar um polícia.
- (77) *O João está triste *porque doente*.
- (78) *A Ana está a fazer um tratamento *para mais elegante*.

A estrutura elíptica é mais facilmente admitida com adverbiais temporais (nomeadamente as que são introduzidas por *quando*, *enquanto* e *depois de*), concessivas e condicionais. Nestes casos, teremos plausivelmente estruturas em que um verbo de tipo predicativo está elidido, não se tratando de verdadeiras conexões de unidades não oracionais.

A possibilidade de ligar constituintes não oracionais, que, como vimos, é característica das estruturas de coordenação típicas, não é, no entanto, partilhada pelas

explicativas – que a maioria das gramáticas tradicionais inclui na coordenação:

- (79) a. *Comprei uma camisola bonita, pois colorida.
b. *O João foi para casa a pé, pois sem carro.
c. *Os meninos responderam simpaticamente, pois bem-educadamente.
d. Os meninos foram deitar-se, pois era muito tarde.

Voltarei a estas estruturas, discutindo especificamente o seu estatuto sintático, em 2.4.

2.3.2. Critérios específicos de determinadas línguas

Para além dos testes acima referidos, cuja aplicação é válida em várias línguas, existem alguns critérios pertinentes para a bipartição coordenação/subordinação que só têm validade em línguas com determinadas propriedades:

- i) omissão de sujeito co-referente em línguas de sujeito não nulo;
- ii) colocação dos clíticos em línguas como o português europeu;
- iii) posição do V em línguas V2 como o alemão.

Consideremos cada um destes critérios separadamente.

2.3.2.1. (Im)possibilidade de o sujeito ser omitido (línguas de sujeito não nulo)

Como é sabido, o francês e o inglês contemporâneos são línguas de sujeito não nulo, i.e. são línguas que não admitem omissão do sujeito em orações finitas (cf. (80) e (81)):

- (80) *[-] talked to Peter.
(81) *[-] ai parlé à Pierre.

Nestas línguas, são possíveis frases coordenadas sem sujeito exposto (cf. (82) e (83)):

- (82) a. John saw Peter at the cinema and (he) talked to him.
b. John saw Peter at the cinema but (he) didn't talk to him.

- (83) a. Jean a vu Pierre au cinéma et (il) lui a parlé.
b. Jean a vu Pierre au cinéma, mais (il) ne lui a pas parlé.

A omissão do sujeito, contudo, é impossível em frases subordinadas (cf. (84) e (85)):

- (84) a. *John phoned Peter because [-] wanted to invite him.
b. John phoned Peter because he wanted to invite him.
(85) a. *Jean a téléphoné à Pierre parce que [-] voulait l'inviter.
b. Jean a téléphoné à Pierre parce qu'il voulait l'inviter.

A possibilidade de o sujeito ser omitido em frases coordenadas nestas línguas decorre, a meu ver, do facto de as conjunções de coordenação 'típicas' poderem ligar constituintes não oracionais, tratando-se, nos casos de sujeito omissos, de um processo de coordenação não de frases, mas de uma projecção alargada do verbo. Não se trataria aqui de um contexto em que excepcionalmente as línguas de sujeito não nulo admitem sujeitos nulos, mas sim de um contexto em que um único constituinte serve de sujeito a duas orações. Prevê-se assim que, nestas línguas, sejam agramaticais as frases sem sujeito expresso em contextos em que a oração não possa ser interpretada como estando de alguma forma 'reduzida'.

2.3.2.2. Posição de pronomes clíticos (português europeu)

O segundo critério (não universal) para a distinção entre coordenação e subordinação vem da **colocação dos clíticos**.

Em português europeu, a posição dos clíticos poderá funcionar como uma marca formal de subordinação, na ausência de outros factores que possam interferir na colocação dos clíticos. Como é sabido, em português europeu padrão, os clíticos ocorrem em ênclise nas estruturas independentes e nas coordenadas quando não existem outros elementos (advérbios, quantificadores,...) que possam desencadear a próclise:

- (86) a. O João viu-*te* na faculdade.
b. *O João *te* viu na faculdade.
(87) a. Vi o Zé na livraria e o João viu-*te* na faculdade.
b. *Vi o Zé na livraria e o João *te* viu na faculdade.

Pelo contrário nas estruturas dependentes, o padrão, nas orações finitas, é a próclise:

- (88) a. *O Zé disse que o João viu-*te* na faculdade.
b. O Zé disse que o João *te* viu na faculdade.

Ora, a próclise encontra-se em todas as estruturas de subordinação tradicionais - completivas, relativas, comparativas, consecutivas, comparativas e adverbiais em geral.

- (89) a. *Esta é a sala onde o João viu-*te*. <relativa de lugar>
b. Esta é a sala onde o João *te* viu.
- (90) a. *O João deu-me mais rebuçados do que o Paulo deu-*me*. <comparativa>
b. O João deu-me mais rebuçados do que o Paulo *me* deu.
- (91) a. *Percebi tudo logo que/quando o João viu-*te* na faculdade. <temporal>
b. Percebi tudo logo que/quando o João *te* viu na faculdade.
- (92) a. *Se o João telefonar-*te*, pergunta-lhe pela mãe. <condicional>
b. Se o João *te* telefonar, pergunta-lhe pela mãe.
- (93) a. *Embora ele não tenha-*me* visto, eu vi-o.<concessiva>
b. Embora ele não *me* tenha visto, eu vi-o.

Nas consecutivas, no entanto, a ênclise é marginalmente admitida a par da próclise:

- (94) a. ??O João portou-se tão bem que o pai deu-*lhe* um rebuçado.
<consecutiva>
b. O João portou-se tão bem que o pai *lhe* deu um rebuçado.

As coordenadas (copulativas, disjuntivas e adversativas), pelo contrário, rejeitam sistematicamente a próclise:

- (95) a. O João estava a chorar e a Ana consolou-*o*.
b. *O João estava a chorar e a Ana *o* consolou.
- (96) a. O João portou-se bem ou puseste-*o* de castigo?²¹

²¹ Exceptuam-se os casos de orações disjuntas do tipo '*ou...ou...*', em que é geralmente desencadeada a próclise no primeiro membro:

- i. Ou *te* sentas ou ponho-*te* de castigo.
ii. ?Ou sentas-*te* ou ponho-*te* de castigo.

- b. *O João portou-se bem ou *o* puseste de castigo?
- (97) a. O João viu-me, mas evitou-*me*.
 b. *O João viu-me, mas *me* evitou.

Pode considerar-se assim que em PE a próclise é característica das estruturas de subordinação em geral.

2.3.2.3. Posição do V (alemão)

O terceiro critério (não universal) que permite distinguir objectivamente estruturas de coordenação de estruturas de subordinação vem da **posição do verbo** em línguas como o alemão, facto que é determinante para a identificação do tipo de estrutura. Como é sabido, o alemão é uma língua V2. Em orações principais, o verbo ocupa a segunda posição na frase²²:

- (98) Das Kind *ist* glücklich. (S-V-C)
 A criança está contente.
- (99) Heute *ist* das Kind glücklich. (Adv-V-S-C)
 Hoje está a criança contente.

No entanto, isto não se verifica em frases subordinadas, nas quais, sendo o alemão uma língua com a ordem básica SOV²³, o verbo ocupa a sua posição básica, a posição final:

- (100) Hans sagt dass das Kind glücklich *ist*. (...Comp-S-C-V)
 Hans diz que a criança contente está.
- (101) *Hans sagt dass das Kind *ist* glücklich. (...*Comp-S-V-C)
 Hans diz que a criança está contente.
- (102) *Hans sagt dass *ist* das Kind glücklich. (... *Comp-V-S-C)
 Hans diz que está a criança contente.

²² Uso aqui as seguintes abreviaturas: S-sujeito; V-verbo; C-complemento; Comp-complementador; coor-conjunção de coordenação.

²³ Veja-se Ambar (1988/1992: 34-43) para uma discussão do estatuto SOV do alemão.

Nas frases coordenadas, pelo contrário, voltamos a encontrar o fenómeno V2, ocupando a conjunção de coordenação (coor) uma posição externa à frase coordenada:

(103) Der Junge ist glücklich und das Mädchen *ist* traurig. (S-V-C-coor-S-V-C)

O rapaz está contente e a rapariga está triste.

(104) *Der Junge ist glücklich und das Mädchen traurig *ist*.(*S-V-C-coor-S-C-V)

O rapaz está contente e a rapariga triste está.

(105) *Der Junge ist glücklich und *ist* das Mädchen traurig.(*S-V-C-coor-V-S-C)

O rapaz está contente e está a rapariga triste.

Assim, no alemão, a posição do V é critério suficiente para distinguir uma estrutura coordenada de uma estrutura subordinada. Pena é que não existam propriedades tão claras em todas as línguas.

2.3.3. Conclusões

Ainda que não sejam muitas as propriedades unificadoras da classe das subordinadas, distinguindo-a da classe das coordenadas, existem, como vimos, algumas propriedades que justificam essa taxinomia, umas mais universais do que outras.

Para o português, a classe das subordinadas distingue-se da das coordenadas pela possibilidade de só as estruturas do primeiro grupo poderem ser coordenadas, e manifestarem próclise. Em relação aos outros testes, como vimos, não se obtêm resultados uniformes para cada uma das classes.

Considerámos as seguintes propriedades para distinguir classes de estruturas em português:

- i) (in)existência de estrutura de encaixe
- ii) (im)possibilidade de anteposição (ocorrência em posição inicial de frase)
- iii) (im)possibilidade de extracção do seu interior
- iv) (im)possibilidade de coordenação
- v) (im)possibilidade de o conector ligar constituintes não frásicos
- vi) (im)possibilidade de o conector ligar mais do que dois constituintes
- vii) colocação dos clíticos (no caso das orações finitas)

Estas propriedades, quando consideradas no seu conjunto, podem servir para identificar as estruturas de subordinação adverbiais, distinguindo-as, enquanto grupo,

das coordenadas, das subordinadas completivas e das subordinadas relativas.

Se atribuirmos às comparativas e consecutivas um estatuto sintáctico distinto do das restantes adverbiais, verificamos que as adverbiais temporais, finais, causais, condicionais e concessivas se caracterizam:

- por serem orações que funcionam como adjuntos ao nível oracional;
- por admitirem a anteposição;
- por não admitirem a extracção do seu interior;
- por admitirem a coordenação;
- por serem introduzidas por conectores que ligam tipicamente constituintes oracionais;
- por manifestarem tipicamente a próclise.

As comparativas e consecutivas, que não podem ser antepostas, não devem ser postas a par das restantes estruturas de subordinação adverbial, uma vez que estão claramente mais encaixadas na estrutura da frase e envolvem estruturas quantificacionais (cf. Peres 1997; Bechara 1999; e.o.).

Assim, as propriedades acima identificadas, quando tomadas na globalidade, permitem distinguir um subconjunto de estruturas - as subordinadas adverbiais -, que, relativamente a alguns aspectos, se aproximarão das restantes estruturas de subordinação (e.g. manifestação da próclise e possibilidade de serem coordenadas), e relativamente a outros aspectos estarão mais próximas da coordenação (e.g. tipo de relações semânticas estabelecidas entre orações).

Este grupo, por sua vez, inclui estruturas com diferentes comportamentos relativamente a outros fenómenos sintácticos. Assim, omiti deliberadamente nesta secção os testes de clivagem e testes que envolvem fenómenos de escopo (escopo da negação, escopo de operadores). Estes, embora não possibilitem, a meu ver, a distinção entre estruturas de coordenação e estruturas de subordinação, permitem, no entanto, estabelecer subclasses no interior das adverbiais e verificar que algumas delas estão a este respeito mais próximas das estruturas de coordenação (e.g. impossibilidade de ocorrerem em estruturas clivadas, impossibilidade de estarem sob o escopo de operadores de foco...). Estes testes serão retomados em 3.

Quadro1: comportamento de vários tipos de orações e conectores que as introduzem relativamente aos testes sintácticos considerados

	Estrutura de encaixe	anteposic.	extracç.	coordenaç.	próclise	ligação de constit. não oracionais	ligação de + do que 2 elementos
copulativas (<i>e</i>)	*	*	*	*	*	√	√
disjuntivas (<i>ou</i>)	*	*	*	*	* ²⁴	√	√
adversativas (<i>mas</i>)	*	*	*	*	*	√	*
temporais	?	√	*	√	√	*	*
causais	?	√	*	√	√	*	*
finais	?	√	*	√	√	*	*
condicionais	?	√	*	√	√	*	*
concessivas	?	√	*	√	√	*	*
comparativas	√	*	*	?√	√	*	*
consecutivas	√	*	*	?*	√	*	*
relativas (c/ ant. n.)	√	*	*	√	√	*	*
completivas	√	√	√	√	√	*	*

Como talvez tenha transparecido, na discussão das propriedades atribuídas à coordenação e à subordinação, quase não fiz referência às adversativas e às explicativas. Estas duas estruturas são frequentemente aproximadas por gramáticos e por semanticistas das estruturas de subordinação, sendo contudo classificadas na coordenação na NGP. Dado o carácter atípico destas estruturas quando confrontadas com as estruturas de coordenação copulativas e disjuntivas, parece-me que elas merecem uma discussão particularizada.

Assim, face à imprecisão com que são classificadas as estruturas causais/explicativas nas gramáticas portuguesas e face às observações que aproximam concessivas de adversativas (sobretudo nos trabalhos de natureza semântica), vou retomar nas próximas secções testes sintácticos/critérios formais fundamentalmente de natureza distribucional que são conhecidos na literatura (cf. Quirk *et al.* 1985, Piot 1988, López García 1999), assim como o teste da colocação dos clíticos (específico do português europeu), de forma a testar o estatuto coordenativo/subordinativo dos

²⁴ Exceptuam-se as estruturas correlativas do tipo *ou...ou...* O primeiro membro destas construções manifesta algumas propriedades semelhantes às estruturas de subordinação - é desencadeada a próclise e a estrutura é semanticamente aproximável de uma construção condicional:

- i) Ou te portas bem ou ponho-te de castigo.
- ii) Se não te portas bem, ponho-te de castigo.

conectores causais-explicativos e concessivos-adversativos do português. Referirei também dados de outras línguas que possam ajudar a compreender estas estruturas.

2.4. Subordinadas causais vs. coordenadas explicativas: argumentos a favor de estruturas de coordenação causais

Em gramáticas tradicionais de várias línguas, considera-se que, a par das estruturas oracionais de subordinação que exprimem a Causa, existem estruturas de coordenação que também a podem exprimir. Assim, são classificadas como conjunções de coordenação com valor causal a conjunção *car*, na tradição gramatical francesa, a conjunção *denn*, na tradição gramatical alemã, e a conjunção *for*, na tradição gramatical inglesa. Pelo contrário, nessas gramáticas, *parce que*, no francês, *weil*, no alemão, e *because*, no inglês, por exemplo, são classificadas como conjunções de subordinação causais, entre várias outras.²⁵

Também nas gramáticas tradicionais portuguesas podemos encontrar a mesma divisão entre estruturas causais/explicativas de coordenação, por um lado, e estruturas causais/explicativas de subordinação, por outro (cf. Cunha & Cintra 1984; *Nomenclatura Gramatical Portuguesa - NGP*).

Contudo, contrariamente àquilo que acontece nas gramáticas francesas, inglesas e alemãs, a pertença de um dado conector a um ou a outro grupo nem sempre é clara²⁶. Assim, em Cunha & Cintra 1984, por exemplo, o conjunto das conjunções de coordenação explicativas - *que, porque, pois, porquanto*²⁷ - está contido no conjunto das conjunções de subordinação causais - *porque, pois, porquanto, como, pois que, por isso que, já que, uma vez que, visto que, visto como, que, etc.*²⁸. Põe-se assim a questão de saber se há ou não motivação para considerar a existência de um conjunto de estruturas de coordenação explicativas. A indefinição na classificação dos conectores causais e a

²⁵ Cf. Helbig & Buscha 1984; Chevalier *et al.* 1964; Zandvoort 1957.

²⁶ Já em Ali (1931: 220-1) era feita referência a essa indefinição:

«Chamam-se geralmente coordenativas as conjunções que estabelecem paralelismo sintático entre duas orações, e subordinativas aquelas que apresentam uma oração como elemento integrante ou modificativo de outra, isto é, dão-lhe o carácter ou de substantivo ou de advérbio. Mas a linha de demarcação entre as coordenativas e as subordinativas adverbiais não é bastante clara. Nenhuma dúvida há sobre as espécies copulativa, adversativa e disjuntiva, que pertencem ao primeiro grupo; porém entre as partículas causais figura *porque* ora como coordenativa, ora como subordinativa, enquanto *visto que, já que, como* são sempre da segunda classe.»

²⁷ Cf. Cunha & Cintra (1984: 577).

dificuldade em caracterizar objectivamente estruturas de coordenação vs. estruturas de subordinação levaram alguns gramáticos a eliminar as explicativas das estruturas de coordenação e a considerar apenas a existência de subordinadas causais, em que se incluem todas as estruturas que exprimem a Causa (quer lógica, quer real). Esta é a posição tomada por Bechara 1999, que encontrávamos já em Dias 1881 e em Coelho 1891²⁹, e que corresponde à opção seguida pela tradição gramatical espanhola.

Também nas gramáticas inglesas nem sempre é considerado um grupo de coordenadas causais: em algumas gramáticas, as estruturas introduzidas pela conjunção *for*, considerada desusada, são tratadas a par das restantes estruturas de subordinação causais (cf. Sinclair 1990: 355).

Por sua vez, em gramáticas descritivas como a de Renzi & Salvi 1991, para o italiano, Bosque & Demonte 1999, para o espanhol, e Quirk *et al.* 1985, para o inglês, a posição adoptada consiste em tratar todas as estruturas causais no grupo das subordinadas, ainda que se reconheça a alguns dos conectores subordinativos um estatuto próximo dos coordenativos.

Dado este panorama, é legítimo levantar várias questões:

- O que motiva em línguas como o francês, o alemão e o inglês a distinção entre estruturas causais de coordenação e estruturas causais de subordinação? Há motivação empírica para esta distinção?

- Haverá no português evidência empírica, argumentos claros que apontem para a existência de estruturas causais que não são estruturas de subordinação?

- Devem as orações chamadas explicativas ser tratadas a par das estruturas de subordinação adverbial?

- Pode um conector ser sintacticamente bivalente, i.e., pode haver conectores que introduzam quer estruturas de coordenação quer estruturas de subordinação³⁰? Se assim for, o que nos permite distinguir objectivamente uma estrutura da outra?

²⁸ Cf. id.: 581.

²⁹ Para as diferentes classificações em gramáticas tradicionais, ver Lobo 2002a.

³⁰ Isto é o que é pressuposto numa gramática como a de Cunha & Cintra 1984.

2.4.1. O inglês: *for* vs. *because*

Na tradição gramatical inglesa, *for* (raro no discurso oral) é tradicionalmente classificado como uma conjunção de coordenação causal:

(106) I never found out, *for* I was too shy to ask. (Zandvoort 1957: 227)

Os conectores *because* e *since* são sempre classificados como subordinativos. Conforme observam Quirk *et al.* (1985: § 13.), não existe uma fronteira clara entre estruturas de coordenação e de subordinação. As orações introduzidas por *for*³¹, como mostram os autores com base em critérios sintácticos, situam-se nessa zona pouco nítida: tal como as coordenadas típicas, não podem co-ocorrer com conjunções de coordenação, nem podem ser antepostas, mas tal como os conectores subordinativos, *for* não pode ligar constituintes não oracionais, nem mais do que dois constituintes, e não permite elipse do sujeito.

Assim, a conjunção *for* distingue-se da conjunção *because* pelas seguintes propriedades:

a) imobilidade da oração que introduz (não é possível a anteposição com *for*)

(107) a. John was crying, *for* he was alone.

a'. **For* he was alone, John was crying.

b. John was crying, *because* he was alone.

b'. *Because* he was alone, John was crying.

b) impossibilidade de coordenação

(108) a. * John was crying, *for* he was alone and *for* he was sad.

b. John was crying because he was alone and because he was sad.

No entanto, *for* distingue-se das conjunções de coordenação 'típicas' (copulativas e disjuntivas) e aproxima-se das conjunções subordinativas por:

³¹ No inglês, estas orações são já pouco usadas. Sobrevivem apenas em registos formais.

a) estabelecer uma dependência semântica clara com a oração que constitui o primeiro membro da coordenação

b) não poder ligar constituintes não frásicos:

(109) a. *John was sad, *for* lonely.

b. *John was sad, *because* lonely.

c. John was sad *and* lonely.

c) não poder ligar mais do que dois constituintes:

(110) a. *I never found out, (for) I was too shy to ask, for nobody told me.

b. *I never found out, (because) I was too shy to ask, because nobody told me.

c. I was too shy to ask, (and) nobody told me, and I never found out.

d) não permitir elipse do sujeito:

(111) a. John was crying, *for* *(he) was very sad.

b. John was crying, *because* *(he) was very sad.

c. John was crying *and* (he) was very sad.

Assim, embora as estruturas introduzidas por *for* tenham algumas propriedades que as aproximam das estruturas de coordenação (impossibilidade de movimento, impossibilidade de serem encabeçadas por uma conjunção de coordenação e de serem coordenadas), elas partilham outras propriedades com as estruturas de subordinação típicas (impossibilidade de ligarem constituintes não frásicos e consequente impossibilidade de omissão do sujeito, impossibilidade de ligar mais do que duas orações). Em vista disso, numa gramática como a de Quirk *et al.* 1985, os autores optam por tratá-las a par das conjunções de subordinação (cf. Quirk *et al.* 1985: § 13.18).

No quadro (112), reproduzido de Quirk *et al.* (1985: § 13.18), estão ilustrados os resultados que se obtêm para alguns conectores do inglês, quanto às propriedades que os autores consideram características da coordenação e que volto a repetir aqui:

- i) imobilidade na posição inicial da oração que introduzem
- ii) impossibilidade de movimento da oração que introduzem para o início da oração precedente

- iii) impossibilidade de serem precedidas de conjunção
- iv) possibilidade de ligarem não só orações, mas também predicados e outros constituintes
- v) possibilidade de ligarem orações subordinadas
- vi) possibilidade de ligarem mais de duas orações, e, nesse caso, todos os conectores excepto o último podem ser omitidos.

(112)

	i)	ii)	iii)	iv)	v)	vi)
coordinators <i>and, or</i>	+	+	+	+	+	+
<i>but</i>	+	+	+	+	±	-
conjuncts <i>yet,</i> <i>so, nor</i>	+	+	×	+	-	-
<i>however,</i> <i>therefore</i>	-	+	-	-	-	-
subordinators <i>for, so that</i>	+	+	+	-	-	-
<i>if, because</i>	+	±	-	-	-	-

Como se vê, os autores aproximam *for* dos conectores subordinativos, por este conector não partilhar as três últimas propriedades com os coordenadores típicos.

Quanto a mim, as últimas propriedades referidas não justificam que se retire a *for* o estatuto coordenativo, desde que se admita que determinados tipos de coordenação possam envolver dependência semântica. Se assim for, a impossibilidade de ligar mais do que dois constituintes e de ligar constituintes não frásicos, com a consequente impossibilidade de omissão do sujeito, é facilmente derivável da semântica de *for*.

Que não existe paralelismo absoluto entre subordinação semântica e subordinação sintáctica, mostram-no trabalhos como o de Culicover & Jackendoff 1997 e 1999.

2.4.2. O francês: *car* vs. *parce que*

Na tradição gramatical francesa, o grupo das orações coordenadas explicativas/causais também está consagrado desde sempre. As gramáticas do francês contrastam com as do português por atribuírem o estatuto de coordenativo a uma única conjunção causal: *car*. Os conectores *parce que*, *puisque*, *comme* são classificados como

subordinativos. Embora nas gramáticas tradicionais francesas não sejam apresentadas razões objectivas para esta classificação, num estudo como o de Piot 1988 podemos verificar que a motivação para a distinção entre causais coordenadas e subordinadas se prende (entre outros factores), tal como vimos antes para o inglês, com:

- a) anteposição
- b) coordenação.

As orações introduzidas por *car* não permitem a anteposição nem podem ser coordenadas, no que se distinguem das orações introduzidas por *parce que*:

- (113) a. Jean n'est pas venu, *car il est malade*.
b. **Car il est malade*, Jean n'est pas venu.
- (114) a. Jean n'est pas venu *parce qu'il est malade*.
b. *Parce qu'il est malade*, Jean n'est pas venu.
- (115) a. *Jean n'est pas venu, [car il est malade] **et** [car il ne se sent pas bien].
b. Jean n'est pas venu [parce qu'il est malade] **et** [parce qu'il ne se sent pas bien].

No entanto, ao contrário do que acontece com as conjunções de coordenação *et* e *ou*, e tal como acontece com as conjunções de subordinação em geral, a conjunção *car*:

- a) não pode ligar constituintes não frásicos:
 - (116) a. Jean est *triste et malade*.
b. Jean est *triste ou malade*?
c. *Jean est *triste, car malade*.
d. *Jean est *triste parce que malade*.
- b) não pode ligar mais do que dois constituintes:
 - (117) a. Jean boit du jus, mange des biscuits, et lit le journal.
b. Jean boit du jus, ou mange des biscuits, ou lit le journal.
c. *Jean est triste, car il est malade, car il n'ira pas à la fête.
d. *Jean est triste, parce qu'il est malade, parce qu'il n'ira pas à la fête.

- c) não permite a omissão do sujeito:
- (118) a. Jean boit du jus ou (il) mange des biscuits?
b. Jean boit du jus et (il) mange des biscuits.
c. Jean pleure, car *(il) est triste.
d. Jean pleure, parce qu' *(il) est triste.

Os comentários que fizemos relativamente ao inglês são válidos para o francês, i.e., se admitirmos que existem processos de coordenação que envolvem dependência semântica, os comportamentos 'desviantes' de *car* relativamente às conjunções de coordenação típicas recebem uma explicação natural. Não me parece estranho que uma oração que exprime a Causa só possa estar ligada a uma oração (com conteúdo proposicional), e não a um qualquer sintagma. Se assim for, a impossibilidade de omissão do sujeito nas orações introduzidas por *car* decorrerá do facto de *car* estar limitado à coordenação de orações, não podendo coordenar projecções verbais mais reduzidas.

2.4.3. O alemão: *denn* vs. *weil*

Embora em línguas como o português, o inglês e o francês não seja perfeitamente claro que se deva tratar as estruturas 'explicativas' como sendo estruturas de coordenação e não como estruturas de subordinação, numa língua como o alemão há evidência sintáctica inequívoca para que se considerem as 'explicativas' a par das estruturas de coordenação. De facto, em alemão existem outras possibilidades de avaliar o estatuto sintáctico da estrutura causal. Nesta língua, como vimos acima (cf. § 2.3.2.3), o comportamento sintáctico das orações coordenadas contrasta com o das orações subordinadas. Só neste último caso ocupa o V a posição final.

Curiosamente, este contraste encontra-se também nas orações causais: o comportamento sintáctico dos conectores causais ditos de coordenação contrasta claramente com o dos conectores causais de subordinação. As causais introduzidas por *denn* comportam-se como as coordenadas, i.e., o verbo ocupa a segunda posição na frase. A conjunção *denn* está fora da oração coordenada:

- (119) Wir gehen spazieren, denn [das Wetter ist schön].
Nós vamos passear, pois o tempo está bonito.

(120) *Wir gehen spazieren, denn das Wetter schön ist.

Nós vamos passear, pois o tempo bonito está.

Denn funciona claramente como as conjunções de coordenação e não como um advérbio ou conector adverbial, já que não se qualifica como elemento que inicia a oração e não desencadeia inversão do sujeito:

(121) Wir gehen spazieren, denn [das Wetter ist schön].

Nós vamos passear, pois o tempo está bonito.

(122) *Wir gehen spazieren, [denn ist das Wetter schön].

Nós vamos passear, pois está o tempo bonito.

Pelo contrário, nas causais introduzidas por *weil*, o verbo está em posição final, como na generalidade das estruturas de subordinação. A conjunção *weil* parece ocupar uma posição interna à oração subordinada:

(123) Wir gehen spazieren, [weil das Wetter schön ist].

Nós vamos passear, porque o tempo bonito está.

(124) *Wir gehen spazieren, weil das Wetter ist schön.

Nós vamos passear, porque o tempo está bonito.

A clareza deste contraste justifica que, em alemão, as orações introduzidas por *denn* sejam aproximadas das estruturas de coordenação e não das estruturas de subordinação. Em alemão, *denn* funciona como conjunção de coordenação explicativa/causal, ao passo que *weil* tem o comportamento típico de uma conjunção de subordinação causal: só neste último caso é que o verbo ocupa uma posição final.

2.4.4. Conectores causais em português europeu contemporâneo

Nas gramáticas francesas, inglesas e alemãs, o número de conjunções a que se atribui o estatuto coordenativo explicativo - uma única conjunção em cada uma das línguas - contrasta com o que é considerado nas gramáticas portuguesas. Para o português, teremos portanto de aplicar os testes a todos os conectores causais-explicativos, de modo a poder classificá-los num ou noutro grupo (ou eventualmente em ambos).

Para além dos testes que aplicámos no francês e no inglês:

- i) anteposição da oração
 - ii) possibilidade de coordenação da oração / co-ocorrência do conector com conjunção de coordenação
 - iii) ligação de constituintes não frásicos
- irei também testar a posição dos clíticos:
- iv) colocação dos clíticos (ênclise vs. próclise)

Como vimos acima, a próclise pode ser considerada uma propriedade distintiva das estruturas subordinadas do português, na ausência de outros factores que a possam desencadear. Contudo, este teste não tem a mesma validade nas orações infinitivas. Como é sabido, o padrão de colocação dos clíticos, quer em português, quer em muitas outras línguas, não é idêntico em orações finitas e não finitas. Assim, nas infinitivas do português, pode existir ênclise em orações subordinadas:

(125) O João pensa telefonar-te amanhã.

Em relação às adverbiais infinitivas, existe oscilação na colocação dos clíticos. Em algumas estruturas é possível quer a ênclise quer a próclise:

(126) a. O João subiu ao muro para me conseguir ver melhor.

b. O João subiu ao muro para conseguir ver-me melhor.

Assim, a colocação dos clíticos em adverbiais infinitivas e o facto de se encontrar ênclise nestas estruturas não pode funcionar como argumento para a identificação do seu estatuto e do tipo de dependência que mantêm com a matriz.

Em relação às orações finitas, verificamos que com o conector *porque* os juízos de gramaticalidade nem sempre são claros. Isto talvez se deva ao facto de um mesmo conector parecer poder assumir duas funções diferentes – coordenativo e subordinativo –, não estando o seu estatuto gramatical completamente fixado.

1. anteposição:

(127) *Que é preciso acordar cedo, vamos deitar-nos.

(128) *Pois estamos todos de acordo, não haverá votação.

(129) *Porque vi a luz acesa, o director está cá.

(130) Porque estamos todos de acordo, não haverá votação.

(131) Já que/visto que/dado que/uma vez que estamos todos de acordo, não haverá

votação.

(132) Como estamos todos de acordo, não haverá votação.

(133) Por ser dia mundial da criança, vamos todos ao circo.

(134) Visto/Dado estarmos todos de acordo, não haverá votação.

2. coordenação/co-ocorrência com conjunção de coordenação:

(135) a. ??/*Vamos ao trabalho, que ainda há muito a fazer e que o sol já vai alto!

b. *Não te rales, que ninguém vai reparar e que isso não é grave!

(136) *Já não haverá dia sem carros, pois haverá greve dos sindicatos e pois não se conseguiu chegar a um acordo.

(137) ?*/*A Teresa está cá, porque eu vi o carro dela e porque a Laura disse.

(138) Não gosto desse actor porque é um convencido e porque não representa bem.

(139) Já que/visto que/dado que/uma vez que estamos todos de acordo e (já/visto/dado/ uma vez) que a reunião já vai longa, não faremos votação.

(140) Como hoje é feriado e como eu estou bem-disposto, vamos todos ao circo.

(141) A cidade ficou deserta por ser feriado e por estar a chover.

(142) Visto/Dado estarmos todos de acordo e visto/dado serem já onze horas, dou por encerrada a reunião.

3. ligação de constituintes não frásicos:

(143) *O João está com má cara, que cansado.

(144) * O João está com má cara, pois cansado.

(145) * O João está em casa, porque com a luz acesa.

(146) *O João está com má cara, porque cansado.

(147) *O João está com má cara, já que/visto que/dado que/uma vez que cansado.

(148) *Como cansado, o João está com má cara.

(149) *O João está com má cara, por cansado.

(150) *O João está com má cara, visto/ dado cansado.

4. colocação de clíticos:

(151) a. ?/*Não me chames porco, que eu me lavo todos os dias!

a'. ?/*Está quieto, que eu te ajudo!

a''. ?/*Tem cuidado, que ele te rói a roupa toda!

- b. Não me chames porco, que eu lavo-me todos os dias!
 b'. Está quieto, que eu ajudo-te!
 b''. Tem cuidado, que ele rói-te a roupa toda!
- (152) a. *Não fomos para o mar, pois se levantou um temporal.
 a'. *Telefonei novamente, pois me lembrei de outra coisa.
 b. Não fomos para o mar, pois levantou-se um temporal.
 b'. Telefonei novamente, pois lembrei-me de outra coisa.
- (153) a. O director já chegou, porque se vê a luz acesa.
 a'. ?/*O director já chegou, porque eu o vi no bar.
 b. O director já chegou, porque vê-se a luz acesa.
 b'. O director já chegou, porque eu vi-o no bar.
- (154) a. Não fomos para o mar porque se levantou um temporal.
 a'. Telefonei novamente porque me lembrei de outra coisa.
 b. ?/*Não fomos para o mar porque levantou-se um temporal.
 b'. ?/*Telefonei novamente porque lembrei-me de outra coisa.
- (155) a. Já que/Uma vez que/ Dado que/Visto que se conhecem, não preciso de vos apresentar.
 b. *Já que/Uma vez que/ Dado que/Visto que conhecem-se, não preciso de vos apresentar.
- (156) a. Como ele me ignora, eu não lhe falo.
 b. *Como ele ignora-me, eu não lhe falo.
- (157) a. Não estou zangado por ele me ignorar.
 b. ?/??Não estou zangado por ele ignorar-me.
- (158) a. ?Visto/?*Dado ele te ter roubado a carteira, devias ir à polícia.
 a'. *Visto/Dado se ter chegado a um acordo, não haverá votação.
 b. Dado/Visto ele ter-te roubado a carteira, devias ir à polícia.
 b'. Dado/Visto ter-se chegado a um acordo, não haverá votação.

No quadro 2. estão resumidos os resultados obtidos nos testes acima referidos para os diferentes conectores causais, assim como para as conjunções de coordenação prototípicas, de forma a que se possa contrastar resultados.

Dado que existe alguma flutuação na colocação dos clíticos nestas estruturas, encontramos várias casas com ponto de interrogação no quadro 2. abaixo.

Quadro 2: Estatuto mais coordenativo ou mais subordinativo dos conectores causais/explicativos

conjunções de coordenação e tipos de orações causais/conectores causais	testes sintácticos			
	possibilid. de ocupar posição inicial	possibilid. de ser coorden.	possibilid. de ligar constit. não frásicos	posição dos clíticos: próclise (vs. ênclise)
<i>e</i>	*	*	√	*
<i>ou</i>	* ^a	*	√	* ³²
<i>mas</i>	*	*	√	*
<i>que</i>	*	*?	*	*?
<i>pois</i>	*	*	*	*
<i>porque</i> (explicativo)	*	*?	*	*?
<i>porque</i>	√	√	*	√?
<i>visto que</i>	√	√ ³³	*	√
<i>dado que</i>	√	√	*	√
<i>já que</i>	√	√	*	√
<i>uma vez que</i>	√	√	*	√
<i>como</i>	√	√	*	√
<i>por</i> + infinitivo	√	√	*	-
<i>por causa de</i> + inf ³⁴	√	√	*	-
<i>visto</i> + inf.	√	√	*	-
<i>dado</i> + inf.	√	√	*	-

Deste quadro, depreende-se que os conectores *pois*, *que* e *porque* (explicativo) têm um comportamento diferente dos restantes conectores causais, aproximando-se mais dos conectores coordenativos. As orações que introduzem:

- a) não podem ocorrer em posição inicial
- b) resistem à coordenação
- c) manifestam ênclise.

³² Não considero aqui as orações coordenadas disjuntivas em estruturas como '*ou...ou...*', em que o pronome aparece em posição proclítica.

³³ *Visto que*, *dado que*, *já que* e *uma vez que* também podem ser coordenados conservando apenas a conjunção no segundo membro: '*visto que...e que...*'. Isto não é possível com **'porque...e que'*.

³⁴ Usado por alguns falantes num registo informal. Dialectalmente ou em registos não standard, pode ter também um sentido final:

(i) "Não deixavam por causa de não cansar as terras" (Cordial-sin, AAL 14)

Os únicos aspectos em que os conectores *pois*, *que* e *porque* (explicativo) se distinguem dos conectores de coordenação típicos são o facto de não permitirem a ligação de mais do que dois constituintes (propriedade partilhada pela conjunção *mas*) e o facto de não poderem ligar constituintes não oracionais (o que, em línguas como o inglês e o francês, tem consequências para a omissão do sujeito nestas estruturas). Qualquer um destes comportamentos pode, a meu ver, ser atribuído à semântica específica destas construções. Assim, alguns conectores coordenativos parecem ser 'selectivos' quanto às estruturas que podem coordenar. Enquanto *e*, *ou* e *mas* podem ter como alvo praticamente qualquer categoria gramatical, os conectores coordenativos causais/explicativos só podem ter como alvo frases.

Será necessário, por conseguinte, estabelecer diferenças semânticas (com reflexos sintácticos óbvios) no grupo dos conectores coordenativos, que, ao contrário do que é geralmente assumido, parecem poder estabelecer dependências semânticas (ainda que não sintácticas) com a oração dita 'coordenante'.³⁵ Assim, as orações introduzidas por conectores como *pois*, *que* e *porque* (explicativo) parecem comportar-se como coordenadas causais.³⁶

Contudo, Peres 1997 refere dois testes adicionais, que consistem na possibilidade de a estrutura complexa poder ocorrer como complemento de V ou de Adv de frase, que o levam a excluir as explicativas e conclusivas quer da coordenação, quer da subordinação. Segundo o autor, o facto de a estrutura complexa que integra explicativas e conclusivas não poder ocorrer como complemento de V ou de Adv de frase é evidência a favor do carácter não oracional da estrutura complexa. Por outras palavras, tratar-se-ia de um processo de estruturação de orações que se situaria num nível supra-oracional ou discursivo.

Se estes testes forem relevantes, terá de considerar-se que o tipo de coordenação envolvido nas coordenadas explicativas é diferente do tipo de coordenação envolvido nas coordenadas copulativas, disjuntivas e adversativas, uma vez que a ocorrência da

³⁵ Na realidade, autores como Culicover & Jackendoff 1997 e 1999 têm defendido que não existe correspondência directa entre subordinação semântica e subordinação sintáctica. Estruturas sintacticamente coordenadas podem estar subordinadas semanticamente.

³⁶ Esta é a designação que encontramos em Ali 1927, que considera a existência quer de subordinadas causais, quer de coordenadas causais.

estrutura complexa como complemento de V ou de Adv de frase parece ser mais difícil quando a estrutura complexa inclui uma explicativa do que quando ela inclui uma copulativa ou uma adversativa:

- (159) a. O Zé disse [que o jogo não se realizaria porque estava a chover]
b. ??O Zé disse [que o jogo não se realizaria, pois estava a chover]
c. ??O Zé disse [que o jogo não se realizaria, uma vez que estava a chover]
c'. O Zé disse [que uma vez que estava a chover, o jogo não se realizaria]
d. ?O Zé disse [que o Pedro não vinha jantar e a Ana chegava mais tarde]
e. ?O Zé disse [que o Pedro vinha jantar ou a Ana vinha tomar café].
f. ?O Zé disse [que o Pedro não vinha jantar, mas a Ana vinha tomar café].

- (160) a. Provavelmente [o Pedro não vem jantar porque a reunião está demorada]
b. ??Provavelmente [o Pedro não vem jantar, pois a reunião está demorada]
c. ??Provavelmente [o Pedro não vem jantar, uma vez que a reunião está demorada]
d. Provavelmente [o Pedro não vem jantar e a Ana chega mais tarde]
e. ?Provavelmente [o Pedro não vem jantar ou a Ana chega mais tarde]
f. Provavelmente [o Pedro não vem jantar, mas a Ana vem tomar café]

Veja-se que as explicativas parecem contrastar também com as restantes estruturas de coordenação (e com um subconjunto de subordinadas adverbiais) quanto à possibilidade de existir quer movimento 'across-the-board' quer legitimação de lacunas parasitas.

- (161) a. O que é que o Pedro compra porque a Ana vende?
b. ?O que é que o Pedro compra, pois a Ana vende?
c. ?O que é que o Pedro compra, uma vez que a Ana vende?
d. O que é que o Pedro compra e a Ana vende?
e. ?O que é que o Pedro compra ou a Ana vende?
f. O que é que o Pedro compra, mas a Ana não vende?

As explicativas distinguem-se ainda das coordenadas copulativas e adversativas por não legitimarem da mesma forma fenómenos de elipse. Este tipo de fenómenos, como é sabido, são característicos de estruturas de coordenação típicas (cf. Matos

1992a, 1992b). Se as explicativas forem tratadas como coordenadas, teremos de admitir que a legitimação de elipses é exclusiva de determinados tipos de coordenação. As explicativas, ao contrário de copulativas e adversativas, não permitem 'despojamento' (*stripping*):

- (162) o Zé foi ao cinema e o Paulo também [~~foi ao cinema~~].
o Zé foi ao cinema, mas o Paulo não [~~foi ao cinema~~].
*o Zé foi ao cinema, pois o Paulo também [~~foi ao cinema~~].

Veja-se que também as disjuntivas não legitimam este tipo de elipse, o que estará provavelmente relacionado com questões de polaridade e com a natureza dos advérbios que legitimam a elipse:

- (163) ??*o Zé foi ao cinema ou o Paulo também [~~foi ao cinema~~]

Uma vez mais, só as disjuntivas e copulativas admitem 'elipse lacunar' (*gapping*, cf. Matos 1992a), aspecto em que se distinguem das explicativas e das adversativas:

- (164) a. o Zé foi ao cinema, e o Paulo [~~foi~~] ao teatro.
b. (ou) o Zé foi ao cinema ou o Paulo [~~foi~~] ao teatro.
c. ??/*o Zé foi ao cinema, mas o Paulo [~~foi~~] ao teatro.
d. *o Zé foi ao cinema, pois o Paulo [~~foi~~] ao teatro.

Assim, embora as explicativas se comportem sob diversos aspectos como as coordenadas (nomeadamente no que diz respeito aos testes de natureza distribucional, à colocação de clíticos no português, e à posição do V no alemão), elas divergem das estruturas de coordenação típicas por não admitirem junção de constituintes não oracionais e por não legitimarem da mesma forma processos de elipse. Trata-se, por conseguinte, de estruturas com um estatuto sintáctico pouco claro, a meio caminho entre a coordenação e a subordinação. Qualquer que seja o seu estatuto sintáctico, parece-me claro que elas se distinguem das subordinadas e que não deverão ser tratadas a par das restantes adverbais.

2.4.5. Conectores causais em português antigo

É curioso que em português antigo (PA) (cf. textos do *Corpus Informatizado do Português Medieval* do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa) existia um conector com características coordenativas - *ca* - que veio a desaparecer. Este só podia introduzir orações em posição final e podia aparecer precedido de pontuação forte (cf. também Mattos e Silva 1989: 689-695):

(165) [...] e mandou a mj~ q(ue) eu me partisse e q(ui)tasse ((L017)) desta demanda q(ue) lhis fazia ca no~ auya hy dereyto ((L018)) segu~do as cartas q(ue) de mj~ te'e'n;

(CIPM, *Chancelaria de D. Afonso III*, CA021, 128rA, sublinh. meu)

(166) Se algu~a molh(er) for uiuuoa que aya senhor auodo ia ou amigo e casar depos morte de seu padre ou d(e) sa madre sen uontade de se(us) irmaos, no~ seya pore~ desh(er)dada. Ca poys que souber[o~] aquel erro e llo soffrero~, no~ e' dereyto que por o casame~to a deuam a deserdar.

(CIPM, *Foro Real*, 103v, sublinhado meu)

(167) [E] empero se gou(er)ne do do padre e da madre, se cu~ au(er) do padre ou da madre o non gaou, non seya teudo de o dar a partir, ca o padre ou a madre semp(re) son teudos de gou(er)nar se(us) fillos.

(CIPM, *Foro Real*, 107r, sublinhado meu)

Ainda em PA os conectores causais *pois* e *pois que* (que podiam ter também um valor temporal equivalente a *depois*) tinham um comportamento diferente daquele que tem *pois* contemporaneamente. As orações por eles introduzidas podiam ocorrer em posição inicial, o que sugere que, nessa altura, estes conectores seriam subordinativos³⁷ (cf. também Mattos e Silva 1989: 699):

(168) Mays se o marido a no~ quis(er) accusar nen er q(ui)s(er) q(ue) seya doutri~ accusada, nenguu no~ seya recebido por accusador en tal feyto, ca poys el quer p(er)duar a ssa molh(er) este peccado, no~ e' dereyto q(ue) outri~ a demande ne~ sub(re) el acuse nenhu~a cousa.

(CIPM, *Foro Real*, 136v, sublinhado meu)

³⁷ Também o conector *puisque* do francês contemporâneo é subordinativo.

(169) Se o que morrer sen manda e sen h(er)deyros naturaes ouuver sobrinhos filhos de se(us) yrmaos ou d(e) sa yrmaa por mayns prouincos todos parta~ a bo~a do tio ou da tya p(er) cabeças p(er)o que os sobrinhos duu yrmaao seya~ mayns ca do outro. Ca poys q(ue) ygaes su~ en grao, ygaes son na partiço~.

(CIPM, *Foro Real*, 111v, sublinhado meu)

(170) E pedia q(ue) poys o d(i)to fra(ncisco) m(art)j(n)z no~ parecia q(ue) o Julgasen po(r) Revel (e) A sa ((L020)) Reuelia q(ue) vise o d(i)to f(ei)to (e) q(ue) fezese o q(ue) fose d(e)r(ei)to´

(CIPM, *Clíticos na História do Português*, CHP14, d. 1370, CHP099, Mosteiro de Vilarinho, Maço 4, 23, sublinhado meu)

Verifica-se, pois, que diacronicamente existe uma flutuação no estatuto dos conectores. Um estudo mais atento colmatando a lacuna temporal que medeia entre os séculos 13 e 14 e o português europeu contemporâneo poderá ajudar a perceber que relação existe entre certos tipos de estruturas de coordenação e de subordinação adverbial. Poderá ainda contribuir para o conhecimento dos mecanismos que levaram ao desaparecimento de *ca* explicativo, assim como da razão pela qual *pois* viu alterado o seu comportamento sintático.

2.5. Concessivas vs. adversativas

A existência de um grupo de estruturas de coordenação que se caracteriza por estabelecer semanticamente um contraste com o estado de coisas descrito na oração dita 'coordenante' não é normalmente posta em causa, ao contrário do que se passa com o grupo das coordenadas explicativas. No entanto, muitos autores observaram a proximidade semântica que existe entre estas estruturas e as subordinadas concessivas (cf. Lopes 1972; Vera Luján 1981; Mazzoleni 1992; Flamenco García 1999).

Todavia, tal como vimos relativamente às explicativas, de um ponto de vista sintático, as adversativas – introduzidas em português por *mas* - têm comportamentos distintos das subordinadas, e das concessivas (ou condicionais-concessivas) em particular – introduzidas por *embora*, *ainda que*, *mesmo que...* - relativamente a:

1. mobilidade (ou anteposição)

- (171) a. Vou comer, embora/ainda que não tenha muita fome. <concessiva>
b. Vou comer, mas não tenho muita fome. <adversativa>
a'. Embora/Ainda que não tenha muita fome, vou comer.
b'. *Mas não tenho muita fome, vou comer.

2. possibilidade de coordenação

- (172) a. Vou visitar-te, apesar de estar a chover e embora/ainda que eu esteja um pouco engripado.
b. *Vou visitar-te, mas está a chover e mas estou um pouco engripado.

3. possibilidade de ligar constituintes não frásicos

- (173) a. ?/*O João comprou uma camisola cara, embora muito bonita.
b. O João comprou uma camisola cara, mas muito bonita.
a'. *O João não gosta da Ana, embora (sim) da Paula.
b'. O João não gosta da Ana, mas (sim) da Paula.

4. colocação dos pronomes clíticos

- (174) a. Vou pedir-lhe desculpa, embora/ainda que me custe.
b. *Vou pedir-lhe desculpa, mas me custa.
a'. *Vou pedir-lhe desculpa, embora/ainda que custe-me.
b'. Vou pedir-lhe desculpa, mas custa-me.

As adversativas distinguem-se das estruturas de coordenação prototípicas (*e* e *ou*):

i) por não permitirem coordenação de mais do que dois membros

- (175) O João compôs a música, (?e) escreveu a letra, e interpretou a canção.
(176) O João (ou) compôs a música, ou escreveu a letra, ou interpretou a canção.
(177) *O João não compôs a música, mas escreveu a letra, mas interpretou a canção.

ii) por apresentarem maiores restrições do que as copulativas à omissão do sujeito, nas línguas de sujeito não nulo:

- (178) a. He has been successful in Hollywood and (he) has worked with several directors.

- b. He has been successful in Hollywood but ??(he) has worked with only one director.

Contudo, uma vez mais, estas restrições são compreensíveis, tendo em conta o valor semântico da conjunção *mas*.

Uma outra propriedade formal que distingue concessivas de adversativas, em línguas como o português, é o **modo verbal**: nas adversativas, o verbo está normalmente no indicativo; nas concessivas, está no conjuntivo:

- (179) a. Vou comer, embora/ainda que não tenha muita fome.
 a'. *Vou comer, embora/ainda que não tenho muita fome.
 b. *Vou comer, mas não tenha muita fome.
 b'. Vou comer, mas não tenho muita fome.

No seguinte quadro, estão resumidos os comportamentos dos conectores concessivos-adversativos e também da conjunção coordenativa típica *e* de forma a contrastar resultados:

Quadro 3: Estatuto coordenativo/subordinativo dos conectores adversativos e concessivos

conjunções adversativas/ concessivas	testes sintáticos			
	possibilid. de ocupar posição inicial	possibilid. de ser coorden. ³⁸	possibilid. de ligar constit. não frásicos ³⁹	posição dos clíticos: próclise
<i>e</i>	*	*	√	*
<i>mas</i>	*	*	√	*
<i>embora</i>	√	√	*	√
<i>ainda que</i>	√	√	*	√
<i>mesmo que</i>	√	√	*	√
<i>apesar de</i>	√	√	*	√
<i>se bem que</i>	√	?	*	√

³⁸ A situação menos marcada é aquela em que o conector não é retomado na oração coordenada ou em que apenas as partículas *que* ou *de* são retomadas, o que pode ser explicado por uma estratégia de evitar redundâncias. A coordenação com constituintes diversos é, no entanto, perfeitamente possível:

- i) Embora tivesse chovido muito e (??embora) os campos estivessem gelados, fomos dar um passeio.
- ii) Ainda que esteja a chover e (??ainda) que) faça um frio de rachar, o jogo terá lugar.
- iii) Apesar de estar a chover e (apesar) de estar muito frio, fomos dar um passeio.
- iv) Embora esteja a chover e apesar de eu estar com febre, vou ter de sair.

³⁹ As orações concessivas admitem por vezes a omissão do verbo predicativo:

- i) A Ana é boa aluna, embora um pouco preguiçosa.
- ii) Embora cansada, a Ana resolveu ir à festa.

Vejam agora o que se passa em alemão nas construções adversativas e concessivas:

(180) a. *Wir möchten spazieren gehen, aber das Wetter ist nicht sehr schön.*

Nós queremos passear ir, mas o tempo está não muito bom.

a'. **Wir möchten spazieren gehen, aber das Wetter nicht sehr schön ist.*

Nós queremos passear ir, mas o tempo não muito bom está.

b. **Wir möchten spazieren gehen, obwohl das Wetter ist nicht sehr schön.*

Nós queremos passear ir, ainda que o tempo esteja não muito bom.

b'. *Wir möchten spazieren gehen, obwohl das Wetter nicht sehr schön ist.*

Nós queremos passear ir, ainda que o tempo não muito bom esteja.

Verificamos que, tal como tinha acontecido para as causais-explicativas, também nas construções adversativas-concessivas existem em alemão estruturas que têm um comportamento típico de coordenadas e estruturas que têm um comportamento típico de subordinadas: nas adversativas, introduzidas por *aber*, o V ocorre em segunda posição; ao passo que nas concessivas, introduzidas por *obwohl* ou *obgleich*, o V ocorre em posição final.

Podemos assim concluir que, apesar da proximidade semântica entre adversativas e concessivas, de um ponto de vista exclusivamente sintáctico, é justificável a identificação de estruturas de coordenação adversativas, distintas das estruturas de subordinação concessivas.

2.6. Subordinação semântica vs. subordinação sintáctica: uma nota sobre a arquitectura da gramática

Os 'desajustes' entre as componentes sintáctica e semântica, que as orações causais e explicativas ilustram (e de que veremos mais alguns exemplos adiante), são particularmente interessantes, na medida em que podem dar-nos indicações sobre a arquitectura da gramática e sobre o modo como as várias componentes se relacionam. Assim, parece claro que dependência semântica não implica necessariamente dependência sintáctica (embora possa ter reflexos na sintaxe). Pelo contrário,

dependência sintáctica parece implicar sempre dependência semântica. Ora, num modelo em que as derivações sintácticas servem de 'input' à componente interpretativa (cf. Chomsky 1995), a existência de estruturas com o mesmo tipo de interpretação semântica, mas com diferentes estruturas sintácticas é de alguma forma inesperada.

De facto, na arquitectura da gramática do Modelo de Princípios e Parâmetros, em particular na sua versão minimalista, as unidades necessárias à formação de uma frase são retiradas do léxico numa só operação, e são agrupadas progressivamente duas a duas na sintaxe de acordo com propriedades de selecção das unidades lexicais. A estrutura derivacional daí resultante é enviada para as componentes fonológica e semântica simultaneamente. Se a interpretação de uma estrutura na componente conceptual-intencional for exclusivamente o resultado da estrutura sintáctica, diferentes estruturas sintácticas deveriam dar origem a diferentes 'leituras' semânticas.

No entanto, parte da interpretação semântica é naturalmente condicionada por propriedades ou traços semânticos específicos dos itens lexicais. Os desajustes verificados seriam assim o resultado de diferenças existentes ao nível lexical e não ao nível estrutural. Assim, um conector causal como *pois* estará especificado no léxico como coordenador sintáctico, embora tenha um traço semântico causal. Um conector como *porque* será ambíguo entre coordenador e subordinador. Deste modo, a dependência ao nível sintáctico/estrutural será uma consequência de propriedades de natureza categorial associadas às diferentes unidades lexicais. O contributo da estrutura para a interpretação da frase complexa será, nesta perspectiva, relativamente diminuto.

Existem, contudo, construções em que os desajustes entre estrutura e interpretação não são facilmente explicáveis através de diferenças a nível lexical. Trata-se das comparativas correlativas estudadas para o inglês por Culicover & Jackendoff 1999⁴⁰ (cf.(181)), e ainda de outras estruturas que não são introduzidas por conectores e que parecem estar na fronteira entre a coordenação e a subordinação (cf. (182) e (183))⁴¹:

⁴⁰ Culicover & Jackendoff 1997 estudam uma estrutura com características próximas destas:

- i) One more can of beer and I'm leaving.
- ii) You drink another can of beer and I'm leaving.

⁴¹ Veja-se que também as coordenadas disjuntivas correlativas do tipo *ou...ou...*, que desencadeiam a próclise no primeiro membro, envolvem claramente dependência semântica, podendo ser parafraseadas por uma frase complexa contendo uma subordinada condicional:

- i) Ou te sentas ou ponho-te de castigo.
- ii) Se não te sentas, ponho-te de castigo.

- (181) Quanto mais como, mais fome tenho.
- (182) Tivesse eu menos vinte anos, poderia dormir descansado.
- (183) Era eu criança, já a minha a mãe passava os dias a chorar.
- (184) 'Fora eu rico, Senhor, e muito Vos daria, mas sei que nada valho.'

Nas estruturas finitas sem conector, que semanticamente podem ter interpretações condicionais ou temporais, existe inversão sujeito-verbo obrigatória, contrastando com as orações conjuncionais correspondentes, em que a inversão é excluída. No entanto, no caso das orações sem conjunção e com inversão sujeito-verbo, a matriz pode ser precedida de uma conjunção de coordenação, o que é completamente impossível com as estruturas com orações conjuncionais. Isto pode levar-nos a questionar o estatuto de subordinação das orações sem conector:

- (185) a. Tivesse eu menos vinte anos, (e) poderia dormir descansado.
 a'. *Eu tivesse menos vinte anos, poderia dormir descansado.
 b. Se eu tivesse menos vinte anos, (*e) poderia dormir descansado.
 b'. *Se tivesse eu menos vinte anos, poderia dormir descansado.
- (186) a. Era eu criança, (e) já a minha a mãe passava os dias a chorar.
 a'. ?*Eu era criança, já a minha mãe passava os dias a chorar.
 b. Quando eu era criança, (*e) já a minha mãe passava os dias a chorar.
 b'. *Quando era eu criança, já a minha mãe passava os dias a chorar.

Note-se que, neste aspecto, as orações sem conector e com inversão sujeito-verbo se distinguem das orações gerundivas e participiais, também elas sem conector. Embora em português europeu padrão as gerundivas exijam também a inversão do sujeito, a matriz não pode ser antecedida de uma conjunção de coordenação:

- (187) Chegando o Zé a casa, (*e) ligará a televisão.
- (188) Estando eu a viver em Paris, (*e) ouvi essa notícia.

Estes contrastes sugerem que as orações gerundivas são estruturas de subordinação, ao passo que o estatuto das orações finitas não conjuncionais é menos claro.

No entanto, ao contrário do que Culicover & Jackendoff 1997 referem para

estruturas próximas destas no inglês, em português é melhor a extração de uma subordinada canónica do que das estruturas oracionais não conjuncionais:

(189) a. ??Este é o carro que quando o João comprou, a Luisa ficou contentíssima.

a'. ??Este é o carro que se o João comprar, a Luisa ficará contentíssima.

b. *Este é o carro que tinha eu acabado de comprar, (e) já me estavam a multar.

b'. *Este é o livro que tivesse eu lido, (e) o exame teria corrido melhor.

(190) a. ??O que é que quando o João comprou, a Luisa ficou contentíssima?

a'. ??O que é que se o João comprar, a Luisa ficará contentíssima?

b. *O que é que tinha eu acabado de comprar, (e) já me estavam a multar?

b'. *O que é que tivesse eu lido, (e) o exame teria corrido melhor?

Haveria assim que estudar as propriedades desta construção para determinar até que ponto se trata de uma estrutura subordinada ou coordenada de um ponto de vista sintáctico.

Culicover & Jackendoff (1997, 1999) propõem que existe uma componente sintáctica autónoma e uma componente conceptual autónoma, cada uma delas sujeita a princípios próprios. Segundo os autores, é possível distinguir dois tipos de condições: i) condições sintácticas genuínas que regulam a forma das expressões; ii) condições semânticas (com reflexos na sintaxe).

A dependência a nível semântico pode ter reflexos na sintaxe. Por exemplo, os autores defendem, na sequência de Goldsmith 1985, que a Restrição da Estrutura Coordenada ('Coordinate Structure Constraint')⁴² se aplica a estruturas coordenadas semânticamente.

Pode haver subordinação ao nível da estrutura conceptual expressa através de coordenação ao nível sintáctico. Este seria um caso claro de desajuste entre sintaxe e semântica.

⁴² A Restrição da Estrutura Coordenada, identificada desde Ross 1967, corresponde a um Princípio que impede o movimento de constituintes para o exterior dos membros de uma coordenação.

2.7. Conclusões

Nesta secção, procurei mostrar que:

- i) as comparativas e consecutivas, que a NGP inclui na subordinação adverbial, têm propriedades diferentes das restantes adverbiais (o que já tinha sido observado em Peres 1997, e.o.);
- ii) as estruturas de subordinação adverbial se caracterizam por não serem semanticamente seleccionadas, admitirem a anteposição, admitirem a coordenação, desencadearem a próclise e não admitirem a extracção;
- iii) as coordenadas adversativas e explicativas, de um ponto de vista estritamente sintáctico/formal, não são estruturas de subordinação, uma vez que não podem ser antepostas, não admitem a próclise nem a coordenação, e em línguas como o alemão desencadeiam V2;
- iv) existem 'desajustes' entre subordinação semântica e subordinação sintáctica.

Assim, neste trabalho, incluirei as orações temporais, causais, finais, condicionais e concessivas, e ainda algumas outras orações que a tradição gramatical portuguesa geralmente não considera, cuja natureza adverbial será justificada em 3.

Excluirei as estruturas de tipo correlativo (e.g. *quanto mais...mais*), que envolvem fenómenos de quantificação e que alguns autores aproximaram formalmente da coordenação (cf. Culicover & Jackendoff 1999 - que as designam de 'comparativas correlativas'), assim como as estruturas que não têm algumas das propriedades associáveis às subordinadas adverbiais, i.e. comparativas, consecutivas, coordenadas causais/explicativas e outras estruturas sem mobilidade (e.g. temporais pospostas com função narrativa).

